

**Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Estado de
Justiça e Segurança Pública e a Organização Social Instituto Elo**

9º Relatório Gerencial de Resultados

Período Avaliatório

01 de janeiro de 31 de março de 2021



Data de entrega à Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão:

13/04/2021

1 – INTRODUÇÃO

Este Relatório Gerencial de Resultados visa demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Contrato de Gestão, no período de 01 janeiro a 31 de março de 2021, com o objetivo de verificar se os resultados pactuados para o período foram alcançados.

Em atendimento ao artigo 71 da Lei Estadual nº 23.081/2018 e ao artigo 50 do Decreto Estadual nº 47553/2018, será apresentado neste relatório o comparativo entre as metas propostas e resultados alcançados, acompanhado de informações relevantes acerca da execução, de justificativas para os resultados não alcançados e de propostas de ação para superação dos problemas enfrentados na condução das atividades. Serão apresentados, ainda, os comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da OS.

Como se sabe, desde o final de março de 2020, o Estado de Minas e o país como um todo têm passado por grandes desafios impostos pela pandemia do novo Coronavírus – COVID 19. Depois de realizadas todas as medidas de engenharia financeira, gerencial e administrativa necessárias à adequação do Contrato de Gestão às restrições financeiras e de saúde pública¹ - o último trimestre de 2020 e o primeiro trimestre de 2021 se caracterizaram pela execução da retomada das atividades presenciais na maioria das Unidades de Prevenção à Criminalidade. Seguindo as orientações e diretrizes emanadas da SUPEC/SEJUSP vinculadas aos protocolos e parâmetros do Programa Minas Consciente, o Instituto Elo organizou a volta ao trabalho dos profissionais dos programas nos municípios com autorização para retomada.

Contudo, a retomada paulatina das atividades no formato presencial não aconteceu de forma crescente e linear em todo o estado. O 9º período avaliatório é marcado por vários decretos municipais e estaduais que estabeleciam graus de restrições diferenciados (e até mesmo total suspensão das atividades presenciais), a depender do nível de criticidade epidemiológica do município e do tipo de programa de prevenção desenvolvido naquele território.

Nesse contexto, apesar de o caótico pandêmico ser geral, nota-se que ele não afetou a execução de todos os programas, em todos os territórios, no mesmo momento, de forma homogeneia e equitativa. Embora todos os programas estejam sofrendo sobremaneira com os impactos da Covid-19 e todos eles apresentem estratégias de superação das adversidades e extrema responsabilidade com a sua finalidade e público, observa-se que o *Fica Vivo!*, o Ceapa e o Se liga estão mais expostos às restrições de atuação que os demais Programas da Política de Prevenção Social.

¹ Para maior acesso à tais informações, ver Relatório Gerencial referente ao 6º Período Avaliatório

Importante destacar que - mesmo em um período tão atípico, que finda o mês de março com todos os municípios do estado condicionados ao nível mais alto de restrição de circulação já estabelecido pelo Minas Consciente – houve um número expressivo de atendimentos ao público dos programas, bem como o cumprimento integral de grande parte das metas pactuadas. Na sequência, descreve-se os resultados e desafios apresentados ao longo do trimestre para cada um dos indicadores.

2 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					9º Período Avaliatório Jan/21 a Mar/21	
1	Programa Mediação de Conflitos	1.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	5	4.830	5.748
		1.2	Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	5	1.053	998,67
		1.3	Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	4	1.900	2.670
2	Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	2.1	Média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	2.880	661,67
		2.2	Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	6.670	1208
		2.3	Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	26.026	4.107
		2.4	Número acumulado de ações de Intervenção estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	101	78
3	Programa Se Liga	3.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	5	180	86
		3.2	Percentual de adesão do egresso do Sistema Socioeducativo ao Programa Se Liga	4	60%	2,6%
		3.3	Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas	4	54	248
4	Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	4.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	5	14.383	8.978
		4.2	Percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial	5	72%	69,88%
		4.3	Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	4	636	1.585

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					9º Período Avaliatório Jan/21 a Mar/21	
5	Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional	5.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PRESP	5	4.342	3.716
		5.2	Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório	5	78%	84,98%
		5.3	Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	4	282	421
6	Programa Selo Prevenção Minas	6.1	Número acumulado de ações de articulação de rede do Programa Selo Prevenção Minas	4	300	259
7	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	7.1	Percentual de acompanhamento in loco da Supervisão no interior	1	100%	-
		7.2	Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto	1	15	9,6
		7.3	Participação em Capacitações	1	483	325
8	Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	8.1	Número de Relatórios Analíticos das UPCs de Base Local	3	52	52
		8.2	Número de relatórios de gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	3	3	3
		8.3	Número de Relatórios de Gestão do Programa Se Liga	3	3	3
		8.4	Número de Relatórios de Ações do Programa Selo Prevenção Minas	3	3	3
9	Gestão da Parceria	9.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	2	100%	-
		9.2	Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	2	100%	-
10	Projeto Qualificação e Empreendedorismo	10.1	Número de participantes inscritos no projeto Qualificação e Empreendedorismo	2	0	-
		10.2	Percentual de Formandos no projeto Qualificação e Empreendedorismo	2	0	-

2.1 – Detalhamento dos resultados alcançados:

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos	
Indicador nº 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
4.830	5.748
Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório	

Descrição: O Programa Mediação de Conflitos - PMC tem por objetivo promover meios pacíficos de administração de conflitos em níveis interpessoais, comunitários e institucionais, que contribuam para minimizar, prevenir e/ou evitar que estes se desdobrem em situações de violências e criminalidade, a partir de atendimentos. Tem como público-alvo moradores dos territórios correspondentes às áreas de abrangência das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC, que registram elevada incidência de criminalidade violenta no Estado de Minas Gerais. Seu foco é prevenir fatores de riscos, agregar valores ao capital social preexistente e possibilitar a administração de conflitos potenciais e/ou concretos, evitando que esses sejam propulsores de situações violentas e delituosas entre o seu público atendido.

Esse indicador visa mensurar a quantidade de atendimentos realizados pelo PMC, alinhada à metodologia do PMC, tendo em vista a concepção de mediação comunitária. Considera-se atendimento cada intervenção realizada nas seguintes modalidades:

- 1) casos individuais: intervenções que visam atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos;
- 2) casos coletivos: intervenções que visam atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos;
- 3) projetos temáticos: intervenções que visam trabalhar de forma direta e pontual as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos;
- 4) projetos institucionais: intervenções que visam intervir em níveis estratégicos potencializando fatores de proteção e/ou minimizando fatores de risco;
- 5) ações de organização comunitária: intervenções que visam o fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam. Os atendimentos deverão ser contabilizados de acordo com a quantidade de intervenções realizadas com cada pessoa, na mesma modalidade ou em modalidades diferentes.

No 9º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/01 a 31/03/2021) foram realizados cumulativamente 5748 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista até março de 2021 era de 4.830, atingiu-se o objetivo previsto. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	5° AO 8° PA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	9° PA	TOTAL
CABANA	650	78	72	87	237	237
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	571	38	58	42	138	138
JARDIM FELICIDADE	682	81	87	73	241	241
JARDIM LEBLON	652	93	90	81	264	264
MINAS CAIXA	208	-	-	-	-	-
MORRO DAS PEDRAS	624	69	54	68	191	191
PEDREIRA PRADO LOPES	358	18	18	55	91	91
PRIMEIRO DE MAIO	301	-	-	-	-	-
RIBEIRO DE ABREU	628	68	60	86	214	214
SANTA LÚCIA	552	52	74	53	179	179
SERRA	679	82	89	122	293	293
TAQUARIL	798	53	63	111	227	227
VILA PINHO	814	111	92	126	329	329
CITROLÂNDIA	974	65	51	80	196	196
JARDIM DAS ALTEROSAS	399	-	-	-	-	-
JARDIM TERESÓPOLIS	1072	85	78	86	249	249
PTB	755	59	60	63	182	182
NOVA CONTAGEM	1119	152	83	150	385	385
RESSACA	1259	56	60	76	192	192

CARAPINA	885	80	85	84	249	249
TURMALINA	1049	63	150	102	315	315
BETHÂNIA	311	-	-	-	-	-
OLAVO COSTA	786	63	66	74	203	203
CRISTO REI	141	-	-	-	0	0
SANTOS REIS	588	61	66	71	198	198
JUSTINÓPOLIS	503	61	46	67	174	174
ROSANEVES	431	-	-	-	-	-
VENEZA	653	73	64	85	222	222
PALMITAL	747	66	36	52	154	154
VIA COLÉGIO	685	51	40	70	161	161
JARDIM CANAÃ	342	-	-	-	0	0
MORUMBI	776	78	73	68	219	219
MORRO ALTO	859	97	58	90	245	245
TOTAL	21851	1853	1773	2122	5748	5748

Os dados apresentados merecem uma atenção mais qualificada dos seus diferentes contextos e resultados. De um ponto de vista geral, nota-se que o PMC realizou neste período avaliativo um total de 5.748 atendimentos, o que representa um aumento de 5% no número total de atendimentos (indicador 1.1), passando de uma média mensal total de 1813, resultado do 8º PA, para 1916 no atual. A média mensal de atendimentos por equipe aumentou de 70 (8º PA) para 73 atendimentos no 9ºPA. O mês de março merece especial destaque neste indicador, devido a possibilidade de intervenções em comemoração ao dia Internacional da Mulher, que impactaram os resultados neste mês, pois muitas equipes conseguiram intervir com o público atendido para tratarem diversos aspectos que a data permite, sobretudo no âmbito do enfrentamento à violência contra a mulher.

Algumas UPCs merecem destaque em relação aos resultados desse indicador. Para isso, vamos considerar equipes que estiveram 20% acima e aqueles que atingiram menos de 80% da meta estabelecida. As unidades que apresentaram resultado acima da meta foram as seguintes: Cabana, Jardim Felicidade, Jardim Leblon, Morro das Pedras, Serra, Vila Pinho, Nova Contagem, Turmalina e Morro Alto. Já as que apresentaram resultado abaixo da meta foram as do PMC Palmital e PMC Pedreira Prado Lopes.

Entre janeiro e março, o **PMC Cabana** manteve um ritmo equilibrado de atendimentos individuais e de organização comunitária. Nesse período a equipe manteve contato telefônico com referências comunitárias já vinculadas ao programa e abriu novos canais de interlocução com a Associação de Moradores do Cabana e com o “Movimento da Região Oeste”, cujo interesse tem se voltado à pauta da segurança cidadã e à participação no CONSEP regional. Também houve a consolidação do engajamento da equipe junto a um grupo de mulheres atendidas semanalmente em parceria “Para Elas”, programa de extensão da UFMG. A abordagem da temática da violência de gênero, associada à construção desse espaço de acolhimento, tem contribuído decisivamente para o fluxo de atendimentos individuais ao PMC Cabana.

A UPC do **Jardim Felicidade** esteve acima da meta em todos os meses deste trimestre. Esse aumento expressivo se deve ao grande número de atendimentos individuais realizados neste período. Mesmo nos momentos de teletrabalho a equipe conseguiu dar continuidade aos acompanhamentos e também atender novas demandas nessa prática de atendimento.

O **PMC Jardim Leblon** tem apostado na mobilização social e nos atendimentos itinerantes como forma de ampliar a capilaridade do programa nas comunidades. Entre janeiro e março, 30% dos atendimentos da unidade decorreram de ações de organização comunitária. Tais ações se concentram na Vila Apolônia e, principalmente, na Vila do Índio. Nessa localidade, as referências comunitárias têm dialogado com o PMC sobre diversas questões coletivas que produzem impacto sobre a sensação de insegurança dos moradores (infraestrutura precária, baixa capacidade de mobilização frente a fenômenos de violência, entre outras). O diálogo cotidiano com certas referências comunitárias e a manutenção de fluxo regular de acompanhamentos de casos individuais tem garantido um volume significativo de atendimentos.

O perfil de atendimentos do **PMC Morro das Pedras** revela o investimento significativo da equipe na construção de vínculos e de espaços interlocutórios com referências comunitárias, forma de compensar o baixo acesso presencial de pessoas à Unidade de Prevenção à Criminalidade. Nos três primeiros meses do ano, 60% dos atendimentos da unidade foram na modalidade de organização comunitária. Merece destaque o diálogo constante com grupos organizados na Ventosa (Associação de Moradores, coletivo “Ventosa em Ação”) e com referências comunitárias do Morro das Pedras, algumas delas oficinas do Fica Vivo!. A partir desse contato, a equipe tem começado a mobilização de um coletivo de moradores interessadas em pautar as violências sofridas na comunidade pelo público LGBTQI+. Embora a quantidade de atendimento esteja acima da expectativa projetada (191) persiste ainda o desafio de ampliar a frente de atendimentos individuais de casos com violência.

Já o **PMC Vila Pinho** conseguiu implementar um grupo de mulheres via whatsapp que possibilitou diversas intervenções ao longo do trimestre, além dos contatos realizados para mobilização de mulheres para o Projeto Institucional “*TransformAction: Women Against Violence*”, o que gerou um número considerável de atendimentos.

A unidade de **Nova Contagem** superou de forma significativa a meta prevista para este indicador (385). Esse fato pode ser explicado pela presença de uma terceira analista na equipe, contratada em março, período no qual realizou-se 150 atendimentos; pelas ações coletivas realizadas pela unidade, através de ações de organização comunitária e Projetos de Prevenção, com destaque para a mobilização de mulheres relacionada ao dia Internacional da Mulher. Além disso, a unidade consegue manter um número elevado de atendimentos individuais, devido à relação consolidada que mantém com a comunidade e rede de proteção

social. Cenário semelhante é o observado no contexto de atendimentos da **UPC da Serra**, que também contou com o incremento de uma terceira analista, potencializando a força de trabalho e mesclando de forma mais equilibrada os atendimentos individuais e os coletivos, com destaque para as mobilizações de mulheres realizadas em janeiro para o projeto "*TransformAtion*", já mencionado anteriormente.

O trabalho do **PMC Turmalina** tem se destacado pela forte vinculação com referências comunitárias, especialmente as participantes do coletivo de catadores da "Estação Transbordo", área de descarte de resíduos sólidos ('lixão') em torno do qual são intensas as atividades criminais e recorrentes as violências sofridas e praticadas por moradores. Mesmo no regime de teletrabalho a equipe tem conseguido sustentar o contato com as referências por meio de grupos de *Whatsapp* e ligações telefônicas. Em fevereiro, a unidade esteve em trabalho presencial. Foi possível, então, investir em atendimentos itinerantes no Planalto, comunidade com intensa regulação social por parte dos varejistas de drogas ilícitas, ainda pouco acessada pelo programa. Nesse mês, tais estratégias de circulação no território contribuíram para a realização de 113 atendimentos de organização comunitária, resultado que contribuiu decisivamente para o ótimo desempenho da unidade no atual trimestre avaliatório. Essa modalidade de ação representou 57% dos atendimentos do PMC.

O **PMC Morro Alto** tem apresentado um repertório bastante variado de intervenções junto ao público atendimento. A equipe transita em todas as modalidades de atendimento (individual, coletivo, ações de organização comunitária e projetos de prevenção) e tem ampliado de maneira significativa o alcance do programa, mesmo no contexto adverso da pandemia. Se em 2020, os atendimentos se restringiam às comunidades do Morro Alto, no entorno da Unidade de Prevenção à Criminalidade, atualmente as analistas sociais têm atendido demandas individuais e coletivas de grande complexidade em bairros mais afastados, como o Nova Pampulha e o Novo Horizonte. Além dos atendimentos individuais e de espaços coletivos (virtuais e presenciais) que abordam o tema da violência doméstica, a equipe tem sido referenciada como alternativa para a gestão de conflitos comunitários em torno da ocupação irregular de lotes e do direito à moradia. O PMC Morro Alto também tem atendido um número crescente de referências comunitárias de coletivos como o "Morro em Ação", "Memorial Morro Alto" e "Papo da Vila", o que tem contribuído para a quantidade significativa de atendimentos realizados pela unidade.

A unidade do **Palmital** apresentou um desempenho inferior ao estabelecido e um aspecto que teve interferência nesse período, apesar do aumento da capacidade de trabalho com a chegada de mais uma analista, foi a dificuldade de transpor as práticas de atendimento para o formato de teletrabalho; uma vez que a comunidade não responde de maneira positiva ao acompanhamento via telefone ou outras ferramentas virtuais, o que impacta consideravelmente os resultados da unidade em relação a este indicador.

Em janeiro e fevereiro o **PMC Pedreira Prado Lopes** passou por uma reestruturação completa da equipe. Durante todo o ano passado, o programa vinha enfrentando dificuldades em estabelecer um fluxo constante de atendimentos individuais, de contato com referências comunitárias e com a rede parceira, em virtude da pandemia, de mudanças na composição da equipe técnica e da localização da Unidade de Prevenção à Criminalidade – situada em frente ao ponto varejista de drogas ilícitas com maiores rivalidades no território, o que inibe a circulação de pessoas das outras comunidades. Tais fatores contribuem para a baixa referencialidade do programa na comunidade. Em março, contudo, a nova equipe deu início a um esforço de retomada do contato com referências comunitárias atendidas em anos anteriores, saneamento de fichas individuais e coletivas abertas e intensificação do contato com a rede institucional. As analistas sociais estabeleceram diálogo com um coletivo responsável pela edição de um jornal comunitário ("Cê viu isso, PPL?") e com uma organização social atuante junto às pessoas em situação de rua ("Banho Solidário"), vítimas recorrentes de violência no território. Nesse mês houve um aumento de 206% no número de atendimentos em relação ao mês anterior (de 18 para 55), aproximando-se da meta estipulada. A expectativa é de que essa tendência de crescimento se sustente nos próximos meses.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

2 Para mais informações sobre o jornal, ver <https://www.facebook.com/ceviuissoppl/>

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos**Indicador nº 1.2:** Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos**Meta do período avaliatório****1.053****Resultado do período avaliatório****998,67****Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Descrição: Para além do quantitativo de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos, é importante verificar o alcance do Programa quanto ao número de pessoas atendidas por ele. Para fins desse indicador, serão consideradas as pessoas atendidas nas seguintes modalidades de atendimento, alinhado à metodologia do PMC, tendo em vista a concepção de mediação comunitária:

- 1) casos individuais: intervenções que visam atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos;
- 2) casos coletivos: intervenções que visam atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos;
- 3) projetos temáticos: intervenções que visam trabalhar de forma direta e pontual as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos;
- 4) projetos institucionais: intervenções que visam intervir em níveis estratégicos potencializando fatores de proteção e/ou minimizando fatores de risco;
- 5) ações de organização comunitária: intervenções que visam o fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam. A pessoa atendida deverá ser contabilizada apenas uma vez em cada mês, independente da modalidade de atendimento.

No 9º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/01 a 31/03/2021) foram atendidas em média 998,67 pessoas nas diversas modalidades de atendimentos do Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 1.053, alcançou-se 94,84% do estabelecido. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de pessoas atendidas em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DA MÉDIA MENSAL POR UPC

UPC	MÉDIA 8º PA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	MÉDIA 9º PA
CABANA	35,67	39	31	35	35,00
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	34,33	22	26	22	23,33
JARDIM FELICIDADE	54,67	40	47	34	40,33
JARDIM LEBLON	30,00	38	32	29	33,00
MINAS CAIXA	-	-	-	-	-
MORRO DAS PEDRAS	41,33	41	30	50	40,33
PEDREIRA PRADO LOPES	13,67	15	12	26	17,67
PRIMEIRO DE MAIO	-	-	-	-	-
RIBEIRO DE ABREU	47,00	34	42	57	44,33
SANTA LÚCIA	28,67	20	29	19	22,67
SERRA	53,00	52	62	62	58,67
TAQUARIL	35,00	42	48	67	52,33
VILA PINHO	45,00	41	49	51	47,00
CITROLÂNDIA	42,00	37	40	45	40,67
JARDIM DAS ALTEROSAS	-	-	-	-	-
JARDIM TERESÓPOLIS	55,67	35	49	35	39,67
PTB	35,33	28	37	30	31,67
NOVA CONTAGEM	78,33	79	51	107	79,00
RESSACA	30,67	18	36	39	31,00
CARAPINA	29,00	39	41	38	39,33
TURMALINA	42,33	23	94	43	53,33
BETHÂNIA	-	-	-	-	-
OLAVO COSTA	30,67	24	36	41	33,67
CRISTO REI	-	-	-	-	-
SANTOS REIS	28,33	32	38	33	34,33

JUSTINÓPOLIS	29,33	31	18	34	27,67
ROSANEVES	-	-	-	-	-
VENEZA	45,67	56	35	52	47,67
PALMITAL	35,67	22	26	30	26,00
VIA COLÉGIO	45,33	31	25	42	32,67
JARDIM CANAÃ	-	-	-	-	-
MORUMBI	36,00	25	25	25	25,00
MORRO ALTO	56,67	50	35	42	42,33
TOTAL	1039,33	914	994	1088	998,67

Neste período avaliatório, o PMC não atingiu a meta geral estipulada para este indicador, cujo patamar vem representando um desafio durante o período pandêmico, que implica a alternância frequente nos formatos de trabalho (entre a modalidade presencial e o teletrabalho) e o cumprimento das medidas de biossegurança. Esse cenário traz obstáculos às ações de divulgação do PMC, de mobilização comunitária, além de dificultar a realização de atendimentos itinerantes pelas equipes nas comunidades. Nesse sentido, ampliar a capilaridade do PMC - e, conseqüentemente, aumentar o alcance do programa junto a um público mais diversificado - tem exigido inúmeros esforços das equipes. Mesmo diante dessas condições desfavoráveis o programa tem conquistado resultados positivos, no período anterior (8°), alcançou-se a meta, e, no atual (9°), atingiu-se 95% da meta geral. Retrata o contínuo empenho das equipes em atender o maior número possível de pessoas, aproximando-se de atingir as metas referentes a este indicador. Neste sentido, destacam-se as equipes que atingiram menos de 80% da meta individual: PMCs Vila Cemig, Jardim Leblon, Pedreira Prado Lopes, Santa Lúcia, PTB, Palmital e Morumbi.

A equipe da **Vila Cemig**, ao retomar o teletrabalho, tem regularmente apresentado dificuldades em relação a este indicador. O perfil de acionamentos para acompanhamento de novos casos é, em sua maioria, de forma espontânea. A equipe é muito acionada quando está no território. A comunidade acessa muito a unidade de prevenção. Estando em teletrabalho existe a dificuldade desse acesso de forma espontânea, o que impacta os resultados em relação a este indicador.

Embora o **PMC Jardim Leblon** tenha alcançado média expressiva de atendimento no período, o número de pessoas atendidas esteve abaixo do patamar esperado. A equipe tem conseguido manter contato regular com referências comunitárias que, ao longo de 2019 e 2020 estabeleceram parceria com o programa, especialmente as atuantes na Vila do Índio, mas não tem tido êxito na aproximação com os demais moradores da área de abrangência. A alternância nos formatos de trabalho e as restrições de circulação no território, decorrentes da pandemia, tem dificultado a realização de atendimentos itinerantes na Vila Apolônio, previstos no planejamento. Trata-se de uma estratégia de diversificação dos atendimentos em organização comunitária, que atualmente se concentram na interlocução com um número limitado de referências. A expectativa é de que, aos poucos, seja possível ampliar o alcance do programa por meio da ampliação dos grupos virtuais e das articulações junto à rede parceira.

Os fatores associados ao baixo número de atendimentos (indicador 1.1) pela **equipe PPL** também incidem na média mensal de pessoas atendidas: mudanças constantes na configuração da equipe técnica, descontinuidade das ações em rede e dos atendimentos coletivos, localização desfavorável da unidade e restrições impostas pela pandemia. Tais fatores agravam a relação debilitada entre a comunidade e o PMC. Contudo, a expectativa é que haja uma reversão desse cenário, já esboçada no aumento do número de pessoas atendidas em março, mais do que o dobro em relação aos meses anteriores (de 12 para 26 pessoas). Como dito acima, espera-se que essa tendência se consolide nos meses seguintes, por meio de ações de mobilização social, da retomada de acompanhamento de fichas abertas e da articulação em rede.

A equipe de **Santa Lúcia** ficou significativamente abaixo da meta estipulada neste indicador, o que pode ser justificado pela dificuldade que a equipe tem tido em realizar atendimentos de caráter mais coletivo e acessar pessoas novas nos períodos de teletrabalho, já que muitos atendidos não mostram disponibilidade para serem atendidos de maneira virtual. Soma-se a isso, o fato que os atendimentos presenciais são realizados somente por agendamento, o que impacta na presença de pessoas dentro da UPC. Um outro ponto importante foi a ausência de uma das analistas no trabalho, devido ao período de férias e atestado médico, implicando na diminuição da capacidade de trabalho da equipe.

Outra equipe que não atingiu a meta prevista para o trimestre foi a do **PTB** que também tem apresentado dificuldades para realizar atendimentos de caráter coletivo no contexto de teletrabalho, sendo a grande maioria dos atendimentos individual. A equipe pontuou que a comunidade não tem histórico de mobilização social e organização comunitária, o que torna ainda mais difícil o fomento a esses processos e realização de atividades grupais em um formato de trabalho virtual com o público.

A equipe do **Palmital**, a exemplo do que foi relatado para o indicador 1.1, por apresentar dificuldades em relação ao alcance da meta de atendimentos, também não atinge a meta desse indicador, considerando que o público que já é atendido não adere a outros formatos de atendimento. Casos novos, que ampliariam o alcance de mais pessoas no território, também não apresentam êxito.

O **PMC Morumbi** tem conseguido sustentar um ritmo constante de atendimentos, mesmo diante das mudanças no formato de trabalho, mais recorrentes em Uberlândia do que nos outros municípios entre janeiro e março, em virtude do agravamento da pandemia no Triângulo Mineiro. Em 2020, a equipe consolidou sua atuação territorial no Maná, estabelecendo vínculos sólidos com referências comunitárias, mantido mesmo no regime de teletrabalho. Entretanto, a pandemia tem adiado a ampliação da capilaridade do programa e a extensão da rede de apoiadores, especialmente na região do Dom Almir, bairro que abriga a dinâmica criminal mais intensa da área de abrangência. Desse modo, a equipe tem atendido as mesmas referências, sem conseguir diversificar suas frentes de atuação. O número de pessoas atendidas individualmente tem se mantido estável, mas essa

frente de trabalho não tem sido capaz de garantir o cumprimento da meta. Como a retomada do trabalho presencial, o investimento de entrada no Dom Almir poderá abrir a possibilidade de novas interlocuções e, conseqüentemente, de alcance de um público mais variado.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos

Indicador nº 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
1.900	2670

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: O Programa Mediação de Conflitos atua na perspectiva da mediação comunitária concebendo como essencial a interlocução com a rede de proteção social para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades. Nesse sentido, as intervenções do Programa são construídas em diálogo, mobilização e cooperação com a rede parceira. Metodologicamente entende-se por rede parceira as referências comunitárias e instituições atuantes na garantia e defesa dos direitos do público atendido.

Este indicador objetiva mensurar as ações construídas em rede que favoreçam o acesso a direitos do público atendido pelo PMC.

Para fins desse indicador, deverão ser contabilizados:

- 1) Participação em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes que discutam temas transversais à segurança cidadã e mediação comunitária;
- 2) Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno da violência e criminalidade com a rede de proteção social;
- 3) Discussão de casos com a rede de proteção social;
- 4) Encaminhamentos para a rede parceira nos casos individuais e coletivos de orientação para acesso a direitos realizados pelo Programa.

Até o mês de março de 2021 do Contrato de Gestão 002/2019 haviam sido realizadas acumuladamente 2670 ações junto às redes de apoio do Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 1.900, o objetivo foi alcançado integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 3 - Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social

UPC	5° AO 8° PA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	9° PA	TOTAL
CABANA	240	38	26	45	109	109
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	286	15	24	28	67	67
JARDIM FELICIDADE	333	22	23	36	81	81
JARDIM LEBLON	214	15	29	32	76	76
MINAS CAIXA	72	-	-	-	-	-
MORRO DAS PEDRAS	265	25	34	39	98	98
PEDREIRA PRADO LOPES	223	26	23	30	79	79
PRIMEIRO DE MAIO	116	-	-	-	-	-
RIBEIRO DE ABREU	324	42	38	37	117	117
SANTA LÚCIA	134	16	20	24	60	60
SERRA	361	29	43	89	161	161
TAQUARIL	396	37	54	75	166	166
VILA PINHO	387	36	63	48	147	147
CITROLÂNDIA	334	50	29	53	132	132
JARDIM DAS ALTEROSAS	182	-	-	-	-	-
JARDIM TERESÓPOLIS	339	21	35	44	100	100
PTB	265	22	14	25	61	61
NOVA CONTAGEM	297	31	26	28	85	85

RESSACA	197	16	33	21	70	70
CARAPINA	230	25	28	27	80	80
TURMALINA	434	40	30	67	137	137
BETHÂNIA	141	-	-	-	-	-
OLAVO COSTA	470	25	32	50	107	107
CRISTO REI	123	-	-	-	-	-
SANTOS REIS	204	34	27	24	85	85
JUSTINÓPOLIS	285	99	26	43	168	168
ROSANEVES	150	-	-	-	-	-
VENEZA	250	27	43	34	104	104
PALMITAL	500	80	27	80	187	187
VIA COLÉGIO	253	12	13	36	61	61
JARDIM CANAÃ	141	-	-	-	-	-
MORUMBI	236	29	25	18	72	72
MORRO ALTO	227	27	18	15	60	60
TOTAL	8609	839	783	1048	2670	2670

O resultado total de 2.613 ações de rede do PMC corresponde a um aumento de 24% no número médio mensal de ações de rede, passando de 704 (8º PA) para 817 (9º PA). Importante ressaltar que o resultado desse período avaliatório representa o maior número de ações de rede em um trimestre desde o começo da pandemia. A média mensal de ações por equipe foi de 27 (8º PA) para 34 (9º PA). A inserção das equipes em espaços virtuais de discussão tem sido um fator considerável para este aumento, uma vez que mesmo em trabalho presencial, existe a flexibilização para a participação nestes ambientes de troca e alinhamento. Considerando as alternâncias de formato de trabalho e a complexidade de casos em acompanhamento por muitas equipes, em alguns momentos o contato com a rede é intensificado, tanto pelo PMC quanto pelos outros equipamentos da rede parceira, o que gera um número expressivo dessas interações, impactando positivamente o indicador em questão, a exemplo do mês de março, quando foram realizadas 1021 ações de rede, 361 a mais do que a meta (660 ações). Essas situações ajudam a explicar as razões pelas quais esse indicador seja o menos impactado durante a pandemia, mantendo-se acima da meta nos últimos períodos avaliatórios. No 9º PA destaca-se que todas as equipes conseguiram alcançar a meta estabelecida para a UPC. Algumas superaram em mais de 20% o objetivo proposto, são elas: Cabana, Morro das Pedras, Ribeiro de Abreu, Serra, Taquaril, Vila Pinho, Citrolândia, Turmalina, Olavo Costa, Justinópolis, Veneza e Palmital.

As ações em rede do **PMC Cabana** foram bastante diversificadas, distribuindo-se de harmônica entre a participação em grupo de trabalho (22%), a construção de fluxos para enfrentamento de situações de violência (35%); discussões de caso (20%) e encaminhamentos à rede parceira (22%). Os constantes diálogos com a equipe técnica do “Para Elas” para alinhamento da condução do grupo de mulheres, além das tentativas de aproximação junto ao CRAS Vista Alegre e os Centros de Saúde Betânia e Vila Imperial, com o objetivo de ampliar a capilaridade do PMC, contribuíram na composição do desempenho acima. A complexidade de vários casos individuais com incidência de violência movimentou a equipe em direção à parceria com a rede, ativando fluxos de encaminhamentos e discussões de caso.

Já as ações em rede do **PMC Morro das Pedras** se concentraram no alinhamento institucional e na formulação de estratégias articuladas de enfrentamento às violências (56% das interações em rede). Isso se deve ao volume de atendimentos em organização comunitária, principalmente na região da Ventosa, à participação em espaços de discussão de casos e construção de fluxos (NIR/Oeste) e a aproximação da equipe junto ao “Para Elas” e aos Centros de Saúde. Essa movimentação em direção a espaços de deliberação e acolhimento coletivo visa ampliar o alcance do programa, especialmente na vertente dos atendimentos individuais de casos com (potencial) violência, pouco recorrentes na rotina da equipe.

A equipe do **Ribeiro de Abreu**, apresentou uma média de 38 ações de rede mensais em relação a meta estabelecida que era de 24 ações/mês. Durante o trimestre a equipe esteve articulando em diversos espaços de rede para discussão de casos e encaminhamentos para a rede parceira, devido à natureza das demandas que exigiam acompanhamento por outros atores da rede.

O bom desempenho do **PMC Taquaril** se deve à construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômenos de violência e criminalidade com a rede de proteção social. Essa modalidade de ação em rede respondeu por 65% das interações da equipe com parceiros institucionais e, principalmente, comunitários. Esse dado está associado ao empenho da equipe em realizar ações de organização comunitária (50% dos atendimentos da equipe no trimestre). Frente à necessidade de ampliação da capilaridade do programa no Alto Vera Cruz, foi necessária a reaproximação do programa junto a equipamentos públicos e organizações sociais atuantes no território. A intensa dinâmica criminal no Granja de Freitas, onde o PMC é bem referenciado, colocou a equipe, em diálogo com atores comunitários, para construir alternativas para o enfrentamento a situações de (potencial) violência.

A equipe da **Vila Pinho** realizou um número considerável de ações de rede no período, apresentando 147 ações de rede no trimestre. A maior parte das articulações se deve ao movimento da equipe de construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas com a rede para o enfrentamento ao fenômeno das violências no território, além dos encaminhamentos para a rede parceira.

Já a equipe **Olavo Costa** apresentou a média de 107 ações de rede no período de referência. A constante articulação com a rede para construção de fluxos diante das demandas atendidas foi significativa no período.

Em Ribeirão das Neves, o **PMC Justinópolis**, em janeiro, realizou 99 ações de rede, o que impactou o seu desempenho geral nesse indicador. No mês em questão foram feitas diversas articulações com equipamentos que tiveram sua equipe técnica alterada, resultando nesse número expressivo de ações. Já a equipe do **Veneza** apresentou uma média de 35 ações de rede por mês. O mês de fevereiro contribuiu muito para esse desempenho geral, já que foram realizados 25 encaminhamentos para a rede parceira.

Entre janeiro e março, o **PMC Turmalina** realizou uma quantidade expressiva de atendimentos. Por conta da incidência de situações de violência relatadas em atendimentos individuais – ou a da possibilidade de agravamento dos conflitos – a equipe acionou com regularidade a rede parceira com o objetivo de estabelecer discussões de casos. Essa modalidade de ação em rede aglutinou 76% das interações da equipe com os parceiros institucionais e comunitários.

A **equipe da Serra** ultrapassou significativamente a meta estipulada para esse indicador, com destaque para o número de ações de rede efetuadas em março, que foram 89, fazendo a média aumentar. Esse aumento nos números se deve ao fato de a equipe ter realizado um número superior de atendimentos neste mês, o que demandou encaminhamentos e discussões de caso com a rede. Além disso, devido ao período pandêmico, no qual grande parte do público atendido tem apresentado aumento da vulnerabilidade social, a equipe tem feito articulações frequentes com a rede, principalmente com a Assistência e a Saúde.

Outra equipe que também superou a meta de ações de rede foi a do **Citrolândia**, que obteve os maiores números nos meses de janeiro e março, coincidindo com o período de teletrabalho. A equipe apresenta mais articulações com a rede nos períodos de teletrabalho para ter uma leitura territorial mais apurada, já que não está no território. O formato virtual também possibilita articulações mais rápidas e fluídas com a rede, impactando os números desse indicador. Também foram os meses em que a equipe teve mais atendimentos, o que demandou encaminhamentos e discussões de caso com a rede de proteção social.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**Indicador nº 2.1:** Média mensal de encontros de oficinas executados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
2.880	661,67

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: As oficinas do Programa Fica Vivo! são estratégias de aproximação e atendimento ao público do Programa (adolescentes e jovens de 12 a 24 anos, moradores das áreas de abrangência da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Base Local) que extrapolam a dimensão do ofício.

As oficinas devem ser realizadas, preferencialmente, por moradores das áreas de abrangência das UPC (chamados de oficineiros), e que possuam experiência de trabalho com adolescentes e jovens anterior à chegada ao Programa. Os oficineiros se vinculam à Política de Prevenção Social à Criminalidade/Programa Fica Vivo! de forma a receber orientações no que tange a ações voltadas para a prevenção e redução de homicídios de adolescentes e jovens.

As propostas de oficinas deverão ser selecionadas via edital público permanente e aprovadas pelas equipes técnicas do Programa Fica Vivo!, considerando a demanda local, as especificidades dos territórios atendidos e se as mesmas respondem aos objetivos e diretrizes do Programa. A realização de cada oficina deverá se dar, no mínimo, em 2 (dois) encontros por semana, totalizando 5 (cinco) horas semanais de execução de projeto.

Este indicador visa a mensurar a média mensal de encontros de oficinas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Para isso será contabilizado o somatório do número de encontros de oficinas realizados em cada mês do período, dividido pelo número de meses do período avaliatório.

A pandemia do covid-19, que já ultrapassa um ano, tem causado significativos impactos na atuação do Programa Fica Vivo!. Enquanto a universalização dos imunizantes não acontece, os poderes executivos estadual e municipais têm fomentado medidas de distanciamento social, uso de máscaras e higienização das mãos como alternativas preventivas à covid-19. Essas importantes medidas alteram a forma de execução do Programa nos territórios a depender das "ondas" e critérios estabelecidos pelo Programa Minas Consciente. Ademais, também são variáveis as formas como os territórios, juventudes, comunidades e redes respondem às exigências municipais e estaduais.

O último trimestre de 2020 foi crucial para as pretensões do Programa Fica Vivo! em dar continuidade aos Planos de Retomada nos municípios. Gradualmente, foram perceptíveis os resultados do retorno da principal forma de atuação do programa com aumento nos números de atendimentos e fortalecimento das ações comunitárias. As perspectivas e expectativas eram de que o primeiro trimestre de 2021 chegaria com avanço e efetivação. A retomada e principalmente a continuidade das oficinas nos territórios indicavam para a maior adesão de adolescentes e jovens, aproximação com as oficineiras e oficineiros do programa após um longo período de suspensão das oficinas.

No entanto, entre os meses de janeiro e fevereiro de 2021, os dados oscilaram entre os municípios levando em consideração os cenários distintos vivenciados no estado. Deste modo, foi possível experimentar um cenário de crescimento tímido nos indicadores do programa. Ao longo do mês de fevereiro, municípios como Montes Claros e Uberlândia emitiram decretos bastante rígidos a fim de evitar o eminente colapso no sistema de saúde, e coerentemente as oficinas do Programa Fica Vivo!, foram suspensas nestes territórios.

Em 17 de março de 2021, o governo do Estado de Minas Gerais atualiza o plano estadual de enfrentamento a pandemia decretando que todas as regiões do estado progrediriam para a onda roxa. Sendo essa a etapa mais restritiva do plano estadual, desde então todas as oficinas do Programa Fica Vivo! encontram-se suspensas pelo decreto e pelo compromisso do programa com a vida e a biossegurança dos adolescentes e jovens público prioritário de nossa prática.

No 9º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/01 a 31/03/2021) o Programa Fica Vivo! realizou, em média, 661,67 encontros de oficiais por mês, tendo a meta de 2.880 não atendida. Na Tabela abaixo pode-se observar a quantidade de encontros realizados nos territórios em que as oficinas foram retomadas.

Tabela 4 - Média mensal de encontros de oficinas executados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!					
UPC	MÉDIA 8º PA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	MÉDIA 9º PA
CABANA	9,00	13	29	20	20,67
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	14,67	25	37	27	29,67
JARDIM FELICIDADE	10,33	15	23	18	18,67
JARDIM LEBLON	11,33	13	24	16	17,67
MINAS CAIXA	-	-	-	-	-

MORRO DAS PEDRAS	11,67	12	25	25	20,67
PEDREIRA PRADO LOPES	5,67	19	24	22	21,67
PRIMEIRO DE MAIO	-	-	-	-	-
RIBEIRO DE ABREU	9,33	16	24	20	20,00
SANTA LÚCIA	4,33	12	19	24	18,33
SERRA	4,67	9	15	16	13,33
TAQUARIL	12,33	34	73	54	53,67
VILA PINHO	20,67	22	47	34	34,33
CITROLÂNDIA	30,33	48	51	29	42,67
JARDIM DAS ALTEROSAS	-	-	-	-	-
JARDIM TERESÓPOLIS	17,67	28	28	14	23,33
PTB	19,67	25	24	18	22,33
NOVA CONTAGEM	10,33	25	24	20	23,00
RESSACA	9,67	23	19	21	21,00
CARAPINA	11,33	30	27	28	28,33
TURMALINA	11,67	27	28	29	28,00
BETHÂNIA	-	-	-	-	-
OLAVO COSTA	38,67	49	54	32	45,00
CRISTO REI	-	-	-	-	-
SANTOS REIS	25,33	23	30	16	23,00
JUSTINÓPOLIS	12,33	12	6	21	13,00
ROSANEVES	-	-	-	-	-
VENEZA	9,00	14	29	34	25,67
PALMITAL	35,33	46	44	46	45,33
VIA COLÉGIO	34,67	48	46	35	43,00
JARDIM CANAÃ	-	-	-	-	-
MORUMBI	0,00	7	-	-	2,33
MORRO ALTO	17,33	8	8	5	7,00
TOTAL	397,33	603	758	624	661,67

Diante deste cenário, é possível qualificar e contextualizar como tem se dado o processo de retomada as oficinas e o desempenho do programa em alguns territórios.

Belo Horizonte (PPL, Taquaril, Santa Lúcia e Serra, Cabana, Morro das Pedras, Vila Cemig, Vila Pinho Jardim Leblon, Jardim Felicidade e Ribeiro de Abreu)

O plano de retomada das oficinas em Belo Horizonte foi iniciado em novembro de 2020 e naquele momento, apesar das especificidades territoriais, algumas vivências e desafios foram similares e se repetiram nos contextos, a saber: alto número de oficinas de esportes e necessidade de readequação dessas modalidades; o fechamento das escolas municipais, uma das principais parceiras para local de oficinas; impossibilidade de utilizar espaços públicos abertos (becos, ruas, praças...). Além disso, há de se considerar a projeção e visibilidade que as ações nas áreas de abrangência dos CPC's de Belo Horizonte ganham no contexto municipal e estadual, o que torna o processo de retomada das oficinas nessas localidades ainda mais desafiador.

Assim, vários foram os impasses iniciais para efetivação do plano de retomada em Belo Horizonte. Contudo, com o passar dos meses e com novas perspectivas/experiências adquiridas nas primeiras reimplantações, o plano e o processo de retomada foram se configurando mais fluidos com diálogos territoriais mais facilitados e cotidianos.

No primeiro trimestre de 2021, os números de oficinas em BH aumentaram, principalmente em março, o que denotou avanços. As parcerias com associações comunitárias e espaços da rede informal favoreceram o retorno das oficinas e ampliaram articulações alternativas aos espaços institucionais. Se os projetos de oficinas de cultura (grafite, funk, dança e outros) foram privilegiados no último trimestre de 2020 pela viabilidade de realização, no primeiro trimestre de 2021, as oficinas de esportes ganharam espaço ao reformularem seus projetos para jogos de mesa, jogos de tabuleiro, futebol de mesa, treinos sem contato físico, gol a gol, entre outras. As oficinas de cuidados estéticos (cabelereiro, manicure, barbearia...) também se destacaram.

Por fim, o número acumulado de atendimentos no Programa Fica Vivo! em Belo Horizonte em cada mês do trimestre (diretamente ligado ao número de oficinas) demonstrou ascendência: 407 em janeiro, 597 em fevereiro e 637 em março. O quantitativo de março mesmo com a realidade de suspensão de oficinas a partir do dia 12 desse mês, demonstrou aumento significativo se comparado aos meses anteriores.

Contagem (Nova Contagem e Ressaca)

O Programa Fica Vivo! em Nova Contagem e Ressaca vivenciou dificuldades para efetivar o plano de retomada das oficinas no município (conforme descrito em relatório anterior), necessitando de diálogos institucionais. Neste sentido, as dificuldades do último trimestre de 2020 apesar de superadas, impactaram as atividades iniciais do primeiro trimestre de 2021.

O Fica Vivo! no Ressaca manteve o número de oficinas (3) ao longo do trimestre devido ainda lidar com o desafio de um contexto com limitados espaços para realização de atividades coletivas. Em contrapartida, aumentou o número acumulado de atendimentos o que demonstra aumento nos atendimentos individuais e no número de jovens participantes das oficinas.

O Fica Vivo! em Nova Contagem aumentou o número de oficinas em março (de 3 para 4), mas teve pequeno aumento no número acumulado de atendimentos (6 atendimentos). Vale considerar nesse ponto, que a oficina implantada em março teve poucos dias de funcionamento o que justifica o tímido impacto no quantitativo. A equipe em conjunto com a supervisão e gestão estavam em constante diálogo e a proposta construída coletivamente seria de mais duas implantações em março, mas que não foram possíveis diante da suspensão das oficinas na segunda quinzena do mês.

Santa Luzia (Via Colégio e Palmital)

Tanto a UPC Via Colégio quanto a UPC Palmital apresentam uma maior participação dos jovens nas oficinas, estando acima da média de 12 jovens participantes por oficina (normativa estabelecida no plano de retomada das oficinas). Para que seja possível a participação dos/das jovens nessas oficinas com a devida observância das normas de biossegurança, os/as oficinheiros/as têm adotado variados expedientes, como a divisão de horários para participação ou de dias de participação específicos.

A UPC Palmital contava com seis oficinas ativas até a data da suspensão. A UPC Via Colégio passou por um desligamento em março, contando com cinco oficinas ativas até a data da suspensão. No caso do Via Colégio, a equipe estava em diálogo para a reposição da oficina – da modalidade break – mas este teve de ser interrompido devido à suspensão das oficinas em virtude da Onda Roxa do Minas Consciente. Este desligamento, mais a redução no quantitativo de jovens em uma oficina reduziram a média mensal de jovens com relação a janeiro. Entretanto, deve ser ressaltado que ainda assim, a média de participação de 12 jovens por oficina permanece.

Dentre algumas hipóteses para esse maior número de jovens participantes nas oficinas no Palmital e Via Colégio, é possível elencar ao menos duas:

- A cidade de Santa Luzia, de forma geral não tem se atentado para normativas básicas relacionadas à biossegurança, para campanhas educativas para a população, tampouco adotou medidas efetivas para evitação da propagação da Covid-19 na cidade. Dessa maneira, muitas pessoas da cidade executam suas atividades cotidianas como se estivessem vivendo na “normalidade”. Isso pode contribuir para que os/as jovens participem sem tanto receio das oficinas. Essa questão inclusive, é um grande desafio para a equipe e oficinheiros, pois os/os jovens constantemente fazem indagações sobre as normas de biossegurança, afirmando que “apenas o Fica Vivo! faz isso”, e que em nenhum outro lugar na cidade há essa preocupação. Mesmo com esse desafio, tem sido possível o diálogo para que os jovens observem as orientações sanitárias nas oficinas;
- Os territórios, assim como a cidade, têm poucas opções de acesso ao encontro e ao lazer para a juventude. Assim, é esperado que, sendo um dos poucos espaços disponíveis, ainda mais no contexto atual, os jovens acabem ocupando as oficinas.

É possível inferir, portanto, que esses fatores articulados expliquem o maior número de jovens em ambos os territórios.

Governador Valadares (Turmalina)

O caso do território do Turmalina é semelhante ao verificado em Santa Luzia como um todo. É um bairro mais distante do centro de Governador Valadares, e, mesmo antes da pandemia, havia poucas opções de encontro e lazer da juventude para além das oficinas do Programa Fica Vivo!. A adesão dos/das jovens às oficinas nesse território é algo relevante.

Outro elemento semelhante à Santa Luzia, e que pode contribuir para essa maior participação da juventude, é a política empregada pelo poder público para lidar com a pandemia. A cidade como um todo tem modalidades muito flexíveis de prevenção e pouco investimento na educação da população e fiscalização das normativas. A equipe relata o quanto para os/as jovens do território são estranhas as pontuações frequentes sobre o uso de máscara e o distanciamento social, sejam nas oficinas, ou em projetos locais que a equipe executou. Esse exercício constante de conscientização tem sido um grande desafio para a equipe, mas que vem sendo constantemente trabalhado com os/as jovens participantes das oficinas. É possível considerar, tanto nesse território, como em outros semelhantes nesse quesito, que ainda que a juventude participante questione e tenha dificuldade em aderir às normativas, o faz devido ao lugar que as oficinas ocupam para eles e elas no território.

Uberlândia (Morumbi)

No último trimestre de 2020, Uberlândia permaneceu longo e estendido período imerso na onda vermelha do Plano Estadual Minas Consciente, diante do agravamento do cenário pandêmico na região do triângulo do norte. Além de o município não aderir ao Plano Estadual que prevê protocolos sanitários a serem seguidos em cada onda específica, nos seus Decretos municipais havia recomendações dúbias e pouco consistentes, o que não transmitiu segurança para a retomada das oficinas em 2020.

Neste sentido, é possível verificar que assim como no último trimestre de 2020, no primeiro trimestre de 2021 não houve contexto favorável ao retorno das oficinas presenciais. Os territórios prioritários para as ações do Programa na área de abrangência do Morumbi são compostos por ocupações e microterritórios com precariedades nas redes de acesso a direitos, o que acentua as vulnerabilidades sociais das juventudes, ou seja, num cenário em que a oferta do direito à saúde dá indícios de colapso, as oficinas presenciais são inviáveis.

No Morumbi, a ferramenta do contato virtual favoreceu o acesso das analistas sociais às juventudes para fazer o programa visível e presente mesmo à distância no teletrabalho. Contudo, a equipe ainda vivencia desafios para que os contatos se desdobrem em atendimentos individuais o que implica a fala do jovem sobre si e sobre seu território. A dificuldade de manutenção e fortalecimento de vínculo com o público atendido se apresenta como realidade anterior à pandemia e se refere a um histórico do

programa no Morumbi já evidenciado em outros relatórios.

O caótico pandêmico se instaurou num período em que o Programa no Morumbi estava em reestruturação das oficinas e de suas ações territoriais, o que escancarou ainda mais os desafios e dificultou as soluções das problemáticas. Como exemplo, o plano de retomada das oficinas no Morumbi foi discutido minuciosamente entre equipe, supervisão e gestão social, e envolve mudanças em 70% das oficinas. Algumas mudanças já iniciaram, mas outras estão no aguardo e compreendem alterações nas modalidades dos ofícios, nos locais de realização, no público atendido, nos territórios referenciados e também no grupo de oficineiros.

Outro ponto de atenção tem sido a procura dos jovens que eram atendidos no CPC Canaã (suspensão em 2020) à equipe do Morumbi. Com as atividades suspensas no Canaã, os casos de ameaça e que demandavam atendimentos contínuos (por se tratar do público prioritário do programa) não foram absorvidos em sua integralidade nos serviços da rede de proteção. As analistas sociais continuam atendendo e acompanhando esses jovens que têm vínculo fortalecido e que demandam intervenções do programa. Apesar dos encaminhamentos dos casos às redes locais do Canaã, é possível e necessário reconhecer que as demandas apresentadas pelos jovens tocam a pauta do controle de homicídios e por isso, o programa não se ausenta em sua responsabilidade.

Ribeirão das Neves (Justinópolis)

As dificuldades de espaços para a realização das oficinas em Justinópolis permaneceu como desafio, especialmente nos meses de janeiro e fevereiro, o que influenciou no número de oficinas implantadas e de jovens atendidos nos territórios da área de abrangência. Com a pandemia, os espaços e ações dos serviços públicos (Centro de Saúde, CRAS, Escolas) em Justinópolis ficaram restritos e limitados, sendo que a incerteza da disponibilidade das parcerias em ofertar espaços, impeliu o programa a repensar e a reorganizar os locais de suas oficinas.

Somado aos desafios dos espaços, a oscilação entre suspensão e retomada influenciaram alguns oficineiros a se vincularem a outras atividades para manutenção da renda e de seus projetos pessoais e profissionais. Diante disso, no mês de fevereiro, o Fica Vivo! em Justinópolis passou por um momento delicado em que dois oficineiros com histórico de investimento e ótimo desenvolvimento no programa solicitaram desligamento. Nesse mês, o programa contou apenas com 1 oficina no território o que reduziu significativamente os números de atendimentos.

A partir do ocorrido, a equipe em conjunto com outros oficineiros (que estavam suspensos sem perspectivas de retorno por não vislumbrarem espaços disponíveis) fizeram um grande movimento de retomada de contatos com referências juvenis e comunitárias, se incluíram em reuniões de redes e foram presencialmente nos territórios para tentativas de procura de novos parceiros. Os efeitos dessa estratégia de mobilização emergiram com efetividade e novas possibilidades surgiram, o que permitiu a retomada de 3 oficinas em março, ou seja, de 1 oficina em fevereiro para 4 em março. Lideranças comunitárias reconhecidas como lideranças do tráfico se apresentaram para oferta de locais, jovens atendidos ofertaram seus quintais de casa para a realização das oficinas, proprietários de salões privados se ofereceram para negociações.

Todas as ofertas foram analisadas e discutidas de forma cuidadosa pela equipe com os oficineiros, posteriormente com a gestão e supervisão metodológica, compreendendo a responsabilidade para a tomada de decisão e os diversos fatores que envolvem a escolha de um local para a oficina enquanto lugar de proteção. Assim, algumas oficinas retomaram com mudanças no ofício e também no local de referência.

Vespasiano (Morro Alto)

A situação do desenvolvimento do trabalho no Morro Alto ainda mantém alguns dos componentes citados no relatório do trimestre setembro-dezembro, a saber: mudanças e reestruturação do grupo de oficineiros do Programa; necessidade de ampliação do vínculo comunitário e questões relacionadas à equipe, como: a saída de uma das analistas e a reposição dessa vaga no início do ano de 2021. Dessa maneira, o foco da equipe no trimestre atual esteve nesse processo de encerramento de ciclos de trabalho com alguns oficineiros antigos, ao mesmo tempo em que realizava a busca de novas referências no território do Morro Alto. Essa busca derivou em encontros positivos, onde despontam potenciais oficineiros e oficineiras, muitos deles/delas jovens.

Esses processos estavam sendo conduzidos e dois projetos de oficinas foram encaminhados para o Instituto Elo para aprovação: Uma oficina de danças e uma oficina de confecção de bolos no pote, chamada Bolo da Vida que terá um olhar mais voltado para o público feminino jovem. No entanto, devido ao recrudescimento da pandemia em todo o estado de Minas Gerais, houve a decretação da Onda Roxa no Minas Consciente e suspensão das oficinas. Dessa forma, esses dois projetos não puderam ser iniciados. A única oficina em atividade, de skate, atendeu o número de 8, 11 e 12 jovens, no período de janeiro, fevereiro e março, o que configura um certo crescimento no trimestre.

Diante de toda situação exposta e do evidente comprometimento e inviabilidade de realização das oficinas em sua integralidade nas atuais condições pandêmicas, **solicita-se a desconsideração deste indicador da avaliação geral dos resultados desse período.**

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**Indicador nº 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
6.670	1208

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: As oficinas do Programa Fica Vivo! a partir da realização de atividades esportivas, culturais e artísticas possibilitam: o estabelecimento de vínculo entre os adolescentes e jovens e o Programa; a abertura de espaços para expressão de diferenças e singularidades sem julgamentos morais e preconceituosos; a criação de espaços de reflexão sobre formas de prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas; a promoção da circulação de adolescentes e jovens pela região de moradia; o favorecimento da integração entre os adolescentes e jovens atendidos.

Este indicador visa mensurar o número absoluto mensal de jovens que frequentam as oficinas executadas pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Para isso, será contabilizado o somatório do número absoluto de jovens que participaram em alguma oficina no período, dividido pelo número de meses do período avaliatório. Não poderão ser contabilizados em duplicidade os jovens que participam em mais de uma modalidade de projeto de oficina.

No 9º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/01 a 31/03/2021) foram atendidos em média 1208 jovens nas 114 oficinas em execução até março de 2021, sendo a meta de 6670 jovens não cumprida. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de jovens em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 5 - Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

UPC	MÉDIA 8º PA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	MÉDIA 9º PA
CABANA	17,0	31	47	43	40,3
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	21,7	59	56	60	58,3
JARDIM FELICIDADE	19,7	31	34	36	33,7
JARDIM LEBLON	20,0	33	44	39	38,7
MINAS CAIXA	-	-	-	-	-
MORRO DAS PEDRAS	21,0	26	55	72	51,0
PEDREIRA PRADO LOPES	12,3	35	39	55	43,0
PRIMEIRO DE MAIO	-	-	-	-	-
RIBEIRO DE ABREU	8,3	22	49	48	39,7
SANTA LÚCIA	6,3	28	40	45	37,7
SERRA	7,7	18	19	41	26,0
TAQUARIL	24,7	53	103	100	85,3
VILA PINHO	25,0	34	62	57	51,0
CITROLÂNDIA	67,0	84	74	74	77,3
JARDIM DAS ALTEROSAS	-	-	-	-	-
JARDIM TERESÓPOLIS	27,0	25	35	26	28,7
PTB	44,0	64	64	62	63,3
NOVA CONTAGEM	15,3	39	40	46	41,7
RESSACA	11,7	25	26	31	27,3
CARAPINA	15,3	35	43	39	39,0
TURMALINA	27,0	52	50	68	56,7
BETHÂNIA	-	-	-	-	-
OLAVO COSTA	39,3	71	83	91	81,7
CRISTO REI	-	-	-	-	-
SANTOS REIS	31,7	38	50	51	46,3
JUSTINÓPOLIS	20,3	32	14	58	34,7
ROSANEVES	-	-	-	-	-
VENEZA	9,7	21	37	43	33,7
PALMITAL	63,7	76	85	84	81,7
VIA COLÉGIO	44,7	94	77	72	81,0
JARDIM CANAÃ	-	-	-	-	-
MORUMBI	0,0	0	0	0	0,0
MORRO ALTO	23,7	8	11	12	10,3
TOTAL	624,0	1034	1237	1353	1208,0

A mesma discussão estabelecida no indicador 2.1 é válida para o indicador 2.2. Como praticamente não houve execução de oficinas do Programa Fica Vivo no período, **solicita-se a desconsideração deste indicador da avaliação geral dos resultados desse período.**

Para maior compreensão do processo de retomada das oficinas e as circunstâncias nas quais os atendimentos foram ofertados dos territórios durante o 9º PA, ver Indicador 2.1.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SESP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Indicador nº 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
26.026	4.107

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: O Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! desenvolve, a partir do Eixo de Proteção Social, atividades individuais e coletivas realizadas por meio de atendimentos ao público. Para fins deste indicador, são considerados atendimentos realizados pelo Programa:

1) *Atendimentos individuais*: são realizados pelos Analistas Sociais à adolescentes e jovens de 12 a 24 anos moradores das áreas de abrangências das UPC.

Baseiam-se, desse modo, em uma escuta e intervenção apuradas e na articulação entre os aspectos sociais e subjetivos.

2) *Atendimentos Coletivos*:

a) *Projetos de Oficinas*: as oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! são estratégias de aproximação e atendimento ao público do Programa e que, por serem implantadas a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade, articulada à demanda dos adolescentes e jovens, podem acontecer em diferentes locais das áreas de abrangência da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Base Local. Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes em todas as oficinas no período avaliatório.

b) *Projetos Locais*: são conjuntos de ações planejadas, com início e fim determinados, a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade, devendo alcançar objetivos estabelecidos previamente e, como perspectiva, a ampliação das possibilidades de aproximação e atendimento aos jovens. Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes nos Projetos Locais no período avaliatório.

c) *Projetos de Circulação*: se configuram como conjunto de ações planejadas a partir das especificidades de cada território e do público, com prazos e objetivos previamente definidos. Diferenciam-se, contudo, dos Projetos Locais por promoverem a circulação do público atendido para além da região de moradia, favorecendo, deste modo, a ampliação das perspectivas de circulação e de acesso à cidade. Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes nos Projetos de Circulação no período avaliatório.

d) *Projetos Institucionais*: são projetos que se configuram por ser uma atividade que envolve, em um só projeto, todas as localidades atendidas pelo Programa ou a maior parte delas. São elaborados pela Diretoria do Programa Fica Vivo! e executados conjuntamente com a OS. Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes nos Projetos Institucionais no período avaliatório.

Este indicador será calculado pelo somatório cumulativo de todas as modalidades definidas acima, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do Programa.

No 9º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/01 a 31/03/2021) o número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! foi 4107, sendo a meta de 26026 não cumprida.

A mesma discussão estabelecida no indicador 2.1 é válida para este indicador que no trimestre teve desempenho afetado de maneira direta pela suspensão das oficinas. Assim, os resultados desse indicador correspondem, em boa medida, aos atendimentos concretizados nos meses de janeiro a março de 2021. A tabela abaixo apresenta o número acumulado de atendimentos realizados pelo programa no trimestre, por UPC.

Tabela 6 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!					
UPC	5° AO 8° PA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
CABANA	1390	31	49	43	123
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	1022	66	67	68	201
JARDIM FELICIDADE	1039	31	36	40	107
JARDIM LEBLON	984	33	45	39	117
MINAS CAIXA	874	-	-	-	0
MORRO DAS PEDRAS	890	30	56	72	158
PEDREIRA PRADO LOPES	847	35	39	55	129
PRIMEIRO DE MAIO	963	-	-	-	-
RIBEIRO DE ABREU	984	22	58	50	130
SANTA LÚCIA	740	29	41	53	123
SERRA	903	18	20	42	80
TAQUARIL	1126	66	107	103	276
VILA PINHO	1352	46	79	72	197
CITROLÂNDIA	1287	88	77	74	239
JARDIM DAS ALTEROSAS	1072	-	-	-	-
JARDIM TERESÓPOLIS	1430	30	36	26	92
PTB	1040	64	64	64	192
NOVA CONTAGEM	1597	39	41	47	127
RESSACA	608	29	34	47	110
CARAPINA	991	47	87	84	218
TURMALINA	1083	74	71	142	287
BETHÂNIA	880	-	-	-	-
OLAVO COSTA	673	72	89	99	260
CRISTO REI	686	-	-	-	-
SANTOS REIS	1465	45	54	56	155
JUSTINÓPOLIS	1006	36	16	60	112
ROSANEVES	809	-	-	-	-
VENEZA	964	26	42	51	119
PALMITAL	1768	77	87	88	252
VIA COLÉGIO	1393	94	77	72	243
JARDIM CANAÃ	612	-	-	-	-
MORUMBI	724	7	5	12	24
MORRO ALTO	1200	12	12	12	36
TOTAL	34402	1147	1389	1571	4107

Posto que como praticamente não houve execução de oficinas do Programa Fica Vivo! no período e pelas justificativas apontadas no indicador 2.1, **solicita-se a desconsideração deste indicador da avaliação geral dos resultados desse período.**

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Indicador nº 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
101	78
Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório	
<p>Descrição: Base de sustentação do Eixo Proteção Social, o Eixo Intervenção Estratégica é resultado da articulação interinstitucional entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, as Polícias Militar e Civil, Ministério Público, Poder Judiciário, Órgãos Municipais de Segurança Pública e gestores sociais como representantes da OS. As ações vinculadas a este Eixo, para fins desse indicador, são: a) as reuniões periódicas entre GEPAR (Grupo Especial de Policiamento em Áreas de Risco) da</p>	

Polícia Militar de Minas Gerais, equipes técnicas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! e gestores sociais responsáveis pela coordenação das Unidades de Prevenção à Criminalidade de Base Local; b) funcionamento de Grupos de Intervenção Estratégica.

Este indicador visa mensurar:

1) Quantidade de reuniões periódicas entre GEPAR, equipes técnicas e gestores sociais através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! que devem ocorrer no mínimo 1 (uma) vez ao mês em cada um dos 33 (trinta e três) territórios de atuação e que possuem como principais pautas: estudo da dinâmica da violência e da criminalidade; definição, monitoramento e avaliação de ações conjuntas pactuadas para promoção da qualidade de vida e da segurança local;

2) Quantidade de participação dos gestores das Unidades de Prevenção à Criminalidade de base local, representando a proteção social, nas reuniões ordinárias dos Grupos de Intervenção Estratégica - GIE, que ocorrem com agendas distintas e pré-definidas para cada município de atuação do Programa, totalizando uma média de 6 encontros por mês, tendo como principal objetivo a prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas por meio da ampliação da assertividade e tempestividade das ações repressivas realizadas nas áreas de abrangência do Programa. Para isto, é imprescindível que se crie uma rede de informações, sendo fundamental a realização de reuniões envolvendo os representantes do GIE.

No 9º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/01 a 31/03/2021) foram realizadas acumuladamente 78 ações de intervenções estratégicas no Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 101, foi realizado 77,22% do esperado. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 7 – Distribuição das ações de intervenção estratégica por tipo e UPC								
UPC	5° AO 8° PA	JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO		TOTAL
		GEPAR	GIE	GEPAR	GIE	GEPAR	GIE	
CABANA	9	1	0	1	0	1	1	4
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	9	0	0	0	1	1	0	2
JARDIM FELICIDADE	5	1	0	0	0	0	1	2
JARDIM LEBLON	10	0	0	0	0	1	1	2
MINAS CAIXA	3	0	0	0	0	0	0	0
MORRO DAS PEDRAS	13	2	0	2	0	2	2	8
PEDREIRA PRADO LOPES	6	1	0	1	1	1	0	4
PRIMEIRO DE MAIO	1	0	0	0	0	0	0	0
RIBEIRO DE ABREU	9	1	0	1	0	0	1	3
SANTA LÚCIA	4	1	0	0	1	0	0	2
SERRA	7	1	0	0	1	0	0	2
TAQUARIL	6	0	0	1	1	0	0	2
VILA PINHO	11	0	0	1	1	1	0	3
CITROLÂNDIA	6	0	0	1	1	1	0	3
JARDIM DAS ALTEROSAS	4	0	0	0	0	0	0	0
JARDIM TERESÓPOLIS	11	0	0	1	1	1	0	3
PTB	7	0	0	1	1	0	0	2
NOVA CONTAGEM	7	1	0	1	0	0	1	3
RESSACA	6	0	0	1	0	0	1	2
CARAPINA	9	0	0	1	1	1	0	3
TURMALINA	7	1	0	0	1	1	0	3
BETHÂNIA	4	0	0	0	0	0	0	0
OLAVO COSTA	11	0	0	1	0	2	1	4
CRISTO REI	2	0	0	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	10	0	0	1	0	0	1	2
JUSTINÓPOLIS	8	1	0	0	0	1	1	3
ROSANEVES	2	0	0	0	0	0	0	0
VENEZA	8	1	0	0	1	1	1	4
PALMITAL	9	1	0	0	0	1	1	3
VIA COLÉGIO	12	1	0	1	0	1	1	4
JARDIM CANAÃ	1	0	0	0	0	0	0	0
MORUMBI	4	0	0	1	1	1	0	3
MORRO ALTO	11	0	0	1	0	1	0	2
TOTAL	232	14	0	18	13	19	14	78

A partir do estabelecimento de diretrizes entre as Unidades de Prevenção à Criminalidade e GEPAR as reuniões são estabelecidas com o objetivo de aprimorar a atuação conjunta, a convivência e articulação visando maior eficácia das ações desenvolvidas para a melhoria da qualidade de vida e segurança dos cidadãos das áreas atendidas. Nesses espaços devem ser abordados assuntos relacionados à dinâmica das violências e criminalidade para favorecer a construção, avaliação e o monitoramento de ações conjuntas na promoção da qualidade de vida e segurança local.

Do total de 101 reuniões necessárias entre as 26 Unidades de Prevenção e o GEPAR e também nos Grupos de Intervenção estratégica foram realizados 78 (77,22%) encontros no período de **janeiro a março de 2021**. Tivemos a continuidade do cenário

positivo apresentado no período avaliatório anterior com a manutenção de um número considerável de reuniões realizadas ainda dentro de um contexto de pandemia do COVID-19. As sinalizações sobre a importância dessa parceria e o sentido da realização dessas interlocuções foram de suma importância para o processo de maior cuidado e priorização dessas atividades pelos Gestores Sociais, dado o escopo de efetividade esperado nessa troca e a complexidade das pautas que devem ser contempladas nas reuniões com o objetivo de favorecer uma atuação conjunta entre a repressão qualificada e a proteção social.

Ao analisarmos os fatores/desafios que justificaram a não realização das reuniões com o GEPAR no período avaliatório, nos deparamos com cerca de **40% “ausência do comandante do GEPAR: troca de comando/férias/licença médica”, 31%** respondendo pela **“indisponibilidade de agendas dos atores envolvidos nessa interlocução”** e **15% “ausência da Gestão Social: férias/licença médica/reposição de vaga”**. Destacamos que ainda que em um cenário de teletrabalho em alguns municípios, dado o contexto da pandemia de COVID 19, foi possível para a grande maioria dos gestores articularem com os comandantes do GEPAR a realização de reuniões no formato virtual. Contudo, apresentamos também **12%** das justificativas enquanto **“reuniões realizadas não contabilizadas para o indicador”** por conta de 4 encontros ocorridos no trimestre (UPC Taquaril - fevereiro e março, UPC Ressaca - março e UPC Nova Contagem – março) onde não foi possível colher as assinaturas dos participantes nas atas até o fechamento do prazo de envio desse relatório.

O mês de janeiro comportou um número maior de justificativas de não realização das reuniões e trouxe especificidades vinculadas principalmente às trocas de comando do GEPAR. Nos chama atenção no trimestre o aumento do número de justificativas direcionadas à indisponibilidade de agendas dos atores. Diante de uma análise qualitativa podemos sinalizar que essas estão relacionadas às dificuldades do parceiro GEPAR na manutenção das agendas já pactuadas, frente às prioridades definidas pela Polícia Militar na rotina do trabalho (ex. atendimento de ocorrências, operações policiais, convocação para reunião interna).

Por fim, no que refere as reuniões do GIE, destaca-se que não houve reuniões em janeiro, o que é esperado para o período devido ao recesso forense e suas implicações no funcionamento dos órgãos Justiça. Porém, nos meses subsequentes, obteve-se um volume acima do previsto de reuniões, 13 em fevereiro e 14 em março.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa Se Liga

Indicador nº 3.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga

Meta do período avaliatório**Resultado do período avaliatório****180****86****Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Descrição: o Programa Se Liga visa corroborar para a construção de alternativas ao ato infracional a partir do acompanhamento de adolescentes que concluíram, ou estão em processo de desligamento das medidas de semiliberdade ou internação. Desse modo, para o alcance deste objetivo o programa realiza atividades coletivas e/ou individuais por meio de atendimentos nas seguintes modalidades:

1) Modalidades no pré-desligamento:

a) Atendimentos individuais: atendimentos realizados pelos Analistas Sociais aos adolescentes em processo de desligamento. Baseiam-se em uma escuta e intervenção apuradas que visam a vinculação do atendido com o Programa Se Liga.

b) Oficinas Introdutórias: oficinas de apresentação do Programa destinadas a todos os adolescentes que cumprem medida socioeducativa de semiliberdade ou internação nas Unidades Socioeducativas com o objetivo de despertar o interesse deste público ao apresentar as propostas, possibilidades de intervenção e formas de acesso ao Programa Se Liga.

c) Oficinas Temáticas Internas: oficinas com diferentes temáticas que ocorrem nas Unidades Socioeducativas destinadas aos adolescentes em processo de desligamento que remetam ao período pós-desligamento, de forma a despertar o interesse deste público específico pelo Programa Se Liga.

d) Oficinas Temáticas Externas: atividades ofertadas fora das Unidades Socioeducativas com o objetivo de estabelecer e/ou fortalecer os vínculos dos adolescentes com o Programa, podendo agregar, quando possível, adolescentes de mais de uma Unidade.

e) Atividades culturais: forma a oportunizar o acesso à cidade como espaço de possibilidades múltiplas, suscitando, assim, o enlaxamento do adolescente aos dispositivos da rede de proteção.

f) Ações com familiares: ações que proporcionam espaços de fortalecimento de vínculo entre os adolescentes e as famílias frente aos entraves que fragilizam os laços entre eles, como a distância entre a residência e a Unidade, por exemplo.

2. Pós-desligamento

a) Atendimentos individuais: atendimentos realizados aos adolescentes egressos do Sistema Socioeducativo a partir de escuta e intervenção apuradas, sendo estratégia fundamental para a formação e manutenção do vínculo do atendido com o Programa. São acolhidas as suas expectativas com relação ao Programa Se Liga, as questões que emergem após o desligamento e o estudo dos efeitos dos atendimentos e encaminhamentos quanto aos aspectos sociais e subjetivos.

b) Oficinas: são estratégias pontuais de atividades coletivas, sempre orientadas por temáticas que tangenciam as possibilidades distintas ao envolvimento com a criminalidade, como profissionalização, trabalho e renda, por exemplo. Esse indicador será calculado pelo somatório cumulativo de todas as modalidades definidas acima. Nas modalidades coletivas, será considerada a quantidade de participantes em cada atendimento realizado.

No 9º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/01 a 31/03/2021) foram realizados acumuladamente 86 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Se Liga. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 180, atingiu-se 47,77% do estabelecido. Abaixo segue uma descrição dos atendimentos realizados por modalidade.

Tabela 8 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga**Atendimentos Acautelados e Pré Inclusão**

<i>Tipos de atendimentos</i>	<i>Nº</i>
Atividade de Apresentação	12
Atendimento Individual	28
Oficinas Temáticas INTERNAS à Unidade	0
Oficinas Temáticas EXTERNAS à Unidade	0
Atividade Cultural	0
Atividade com Familiares	0
Total	40

Atendimentos Egressos Incluídos no Se Liga	
Atendimento Individual	46
Atendimento em Oficina	0
Total	46

O Programa Se Liga, tal como os outros programas da Política de Prevenção, tem suas intervenções fundamentadas no contato presencial com seu público, a saber, adolescentes e jovens egressos do Sistema Socioeducativo. Como a adoção de medidas de distanciamento estabelecidas pelos protocolos públicos essas ações ficaram bastante comprometidas durante praticamente período avaliatório. Com efeito, nota-se que as ações que envolvem a reunião de um maior quantitativo de jovens e, por consequência, elevam a quantidade de atendimentos (tais como Oficinas Temáticas EXTERNAS à Unidade, Atividade Cultural, Atividade com Familiares e atendimento em oficina) praticamente não ocorreram durante o período. Destaca-se, adicionalmente, os casos de atendimento em Oficinas Temáticas INTERNAS à Unidade que também não aconteceram devido a impossibilidade de realização desse tipo de atividade dentro das unidades socioeducativas no trimestre avaliado.

Em virtude das excepcionalidades causadas pelo contexto pandêmico que restringiram e, em dados momentos, impediram a realização plena dos atendimentos do Programa Se Liga, **solicita-se a desconsideração deste indicador da avaliação geral dos resultados desse período.**

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa Se Liga

Indicador nº 3.2. Percentual de adesão do Egresso do Sistema Socioeducativo ao Programa Se Liga

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
60%	2,6%

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: O Programa Se Liga acompanha os adolescentes que concluíram a medida de semiliberdade ou internação, constituindo-se como oferta de um dispositivo na cidade no qual o adolescente se vincula por adesão voluntária. É um espaço que tem por premissa acolher o adolescente e seus impasses com a liberdade, trabalhando a relação deste com suas escolhas e sua rede de proteção. Neste sentido, opera-se de modo a corroborar com a construção de alternativas ao ato infracional, podendo envolver a continuidade das ações iniciadas e/ou apontadas pela Unidade de semiliberdade e internação, assim como novas escolhas do adolescente que surgem diante do desligamento da medida. Para tanto, os analistas precisam construir uma vinculação do adolescente ao Programa, justamente porque as intervenções dependem de um conjunto de atendimentos continuados.

Desta forma, este indicador visa avaliar a adesão do egresso do Sistema Socioeducativo ao Programa Se Liga. Para fins deste indicador, o percentual de adesão será calculado pelo número de adolescentes que foram atendidos em qualquer das modalidades do pré-desligamento sobre o número de adolescentes incluídos em qualquer das modalidades do pós-desligamento.

No 9º período avaliatório (janeiro a março) o programa incluiu 7 adolescentes para acompanhamento. Isso representa 25% do total auferido em todo ano de 2020 quando foram incluídos 28 adolescentes. O percentual observado para o período avaliatório, 2,6%, ficou muito abaixo da meta estabelecida de 60% de adesão de egressos do sistema socioeducativo ao Programa Se Liga.

Importante ressaltar que Pandemia de COVID-19 promoveu alterações no contexto de realização das ações metodológicas do programa, resultando em diversas limitações no campo de execução do trabalho. Assim, não foi possível a realização de diversas atividades presenciais previstas para serem realizadas dentro das unidades socioeducativas.

A impossibilidade da efetivação das ações presenciais provocou a fragilização do processo de construção de vínculos com os/as adolescentes, fator importantíssimo para que o/a adolescente se vincule ao programa.

Embora muitas ações remotas tenham sido propostas e desenvolvidas pela equipe de analistas do programa, no que tange ao

estabelecimento de vínculos, essas são frágeis em comparação às presenciais. Apesar dos esforços da equipe em ser criativa nas ações alternativas, notou-se que tais esforços não produziram o efeito equivalente ao das ações presenciais, a ponto de contribuir para a inclusão de mais adolescentes pelo Programa Se Liga.

Além dos fatores anteriores, pode-se mencionar o desligamento de um dos analistas do Programa, o que impactou na capacidade da equipe para realizar mais ações para inclusão de novos egressos e mudanças nas equipes técnicas dos centros de internação, o que demandou maior atenção da equipe do Se Liga na apresentação do programa às novas equipes, adiando, portanto, outras ações como estudos de casos e atendimento individual aos acautelados.

Pela mesma lógica apresentada para o indicador 3.1, ou seja, pelo prejuízo direto causado pelo contexto pandêmico nos atendimentos e retornos do Programa Se Liga, **solicita-se a desconsideração deste indicador da avaliação geral dos resultados desse período.**

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa Se Liga

Indicador nº 3.3. Número acumulado de ações estratégica junto às Unidades Socioeducativas

Meta do período avaliatório

Resultado do período avaliatório

54

248

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: as articulações do Se Liga junto às Unidades Socioeducativas é o primeiro e fundamental passo para que sejam possíveis e efetivas as intervenções a serem realizadas. Deste modo, parte considerável dos esforços das equipes técnicas deverá ser destinada à estas ações estratégicas para a articulação dos trabalhos a serem desenvolvidos.

O alinhamento prévio entre o Programa e a Unidade antes da realização das atividades e as discussões conjuntas de estudo de caso são importantes para que não haja sobreposição de atividades, bem como direcionar todos os esforços para o alcance de melhores resultados.

Para fins deste indicador, deverão ser considerados:

- 1) Estudos de casos realizados pela equipe técnica junto à Unidade Socioeducativa antes do desligamento dos adolescentes.
- 2) Articulações entre a equipe e as Unidades Socioeducativas para a construção dos atendimentos a serem realizados na Unidade em qualquer modalidade.

Esse indicador será calculado pelo somatório cumulativo do número de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas nas modalidades acima.

No 9º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/01 a 31/03/2021) foram realizados acumuladamente 248 ações estratégicas junto as Unidades Socioeducativas. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 54, o programa superou em muito o estabelecido.

Importante frisar que tanto as articulações entre a equipe técnica do programa e as Unidades Socioeducativas quanto os estudos de caso constituem atividades que visam garantir uma articulação e conhecimento sobre os adolescentes pré-egressos e egressos do Sistema Socioeducativo para viabilizar a execução e oferta de atividades ao público coerentes e sistemáticas.

Abaixo segue uma descrição das ações realizadas por modalidade.

Tabela 9 - Número acumulado de ações estratégica junto às Unidades Socioeducativas

Tipos de ações	Nº
Articulações entre a Equipe e as Unidades Socioeducativas	198
Estudo de caso	50
Total	248

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais

Indicador nº 4.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA

Meta do período avaliatório

Resultado do período avaliatório

14.383

8.978

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: Além de materializar as alternativas penais e garantir suporte ao Sistema de Justiça Criminal no monitoramento/fiscalização do cumprimento dessas medidas, o CEAPA também visa proporcionar ações de caráter educativo e reflexivo, bem como desenvolver ações específicas para a responsabilização, orientação e encaminhamentos para rede de proteção social, ações que são realizadas por meio de atendimentos individuais ou grupais.

Para fins deste indicador serão contabilizados:

- 1) Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novos cumpridores de Alternativas Penais;
- 2) Atendimentos individuais de acompanhamento de cumpridores;
- 3) Participação de cumpridores em cada (a) Grupo de Inicialização, (b) de Acompanhamento e (c) de Finalização ao longo da medida de Prestação de Serviços à Comunidade e assinaram lista de presença;
- 4) Participação de cumpridores em cada encontro dos Projetos de Execução de Alternativas Penais e assinaram lista de presença.
- 5) Participação de pessoas em encontros de práticas restaurativas e assinaram a lista de presença.

De modo semelhante aos últimos relatórios, para embasar o desempenho do Programa CEAPA no 9º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019, é fundamental analisar o cenário e as circunstâncias que afetaram diretamente as atividades desenvolvidas no decorrer do referido trimestre e as metas estabelecidas.

Instaurada no bojo do 5º período avaliatório, a pandemia provocada pelo Novo Coronavírus motivou, desde o seu início, a edição de diversos atos administrativos que visaram regulamentar as ações e impor medidas de segurança para a garantia da vida e da saúde da população nos 14 municípios em que a CEAPA desenvolve seus trabalhos. Por isso, visando garantir a ininterruptão das atividades e atender às precauções necessárias ao momento, alterações significativas nos moldes de trabalho das equipes e no monitoramento das Alternativas Penais tornaram-se necessárias. Para evitar o contágio e disseminação da COVID-19, as equipes técnicas, em momentos diversos e em diferentes escalas, priorizaram atividades não presenciais, foram colocadas em teletrabalho e desenvolveram atividades com o público e com a rede parceira de maneira remota.

No trimestre que por ora se analisa, tal cenário não foi diferente, mas distingue-se pela abrangência das decisões, que refletem a gravidade e os efeitos ainda mais severos da pandemia.

Logo no primeiro mês do período, decretos municipais e novos parâmetros do Plano Minas Consciente, estabeleceram a suspensão das atividades presenciais em Belo Horizonte, Betim, Contagem, Divinópolis, Ibirité, Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Sete Lagoas – que se juntaram à Governador Valadares, Ipatinga e Juiz de Fora que já estavam em teletrabalho. Neste sentido, é importante registrar que as restrições não afetaram somente o funcionamento das Unidades de Prevenção à Criminalidade, mas atingiram toda a rede de serviços públicos e privados dos municípios.

Ainda sobre este mês, é importante registrar que o Poder Judiciário, que já estava com atividades limitadas, restringiu a execução de atos em decorrência do recesso forense – os prazos processuais foram suspensos e as ações são executadas na medida de suas urgências e essencialidade – entre 20 de dezembro de 2020 e 20 de janeiro de 2021. Esse é um período que costumeiramente impacta nos indicadores da CEAPA, mas, neste ano, a repercussão foi sentida de forma ainda mais severa, na medida em que foi somada às restrições impostas pelo cenário de pandemia.

Já em fevereiro, as classificações do Plano Minas Consciente sofreram novas alterações e as equipes retomaram os trabalhos presenciais. Além disso, novos decretos foram editados e medidas restritivas de circulação e funcionamento dos serviços foram afrouxados.

Por outro lado, no mês de março, o aumento dos casos de infecção pelo novo Coronavírus, levou à novas restrições ao trabalho presencial das equipes. Por meio do Decreto emitido pelo Poder Executivo estadual foi criada a “Onda Roxa” do Programa Minas Consciente, que estabeleceu, de início em duas regiões do estado, medidas mais severas e restritivas de funcionamento dos serviços e circulação de pessoas. No entanto, com a agravamento da crise sanitária, a classificação foi expandida a todo o estado e, ao final do período avaliatório em análise, todas as equipes já estavam em teletrabalho. Com isso, novamente, procedimentos metodológicos foram suspensos ou adaptados para a nova realidade.

Ainda nessa toada, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, através de portarias diversas, regulamentou os serviços jurisdicionais e suspendeu, novamente, atividades forenses que impactam nas metas definidas no bojo do Contrato de Gestão 002/2019.

Somado a isso, através do Ofício SEJUSP/DAL nº. 5/2021, o Programa CEAPA comunicou ao Poder Judiciário o posicionamento institucional de suspensão do cumprimento das Alternativas Penais de Prestação de Serviços à Comunidade, que de forma gradual, haviam sido retomadas nos municípios. Por consequência, enquanto perdurar a onda roxa imposta pelo Programa Minas Consciente, o público atendido seria orientado sobre a necessidade de interrupção das atividades com vistas a restringir a circulação de pessoas e garantir o cumprimento dos protocolos sanitários.

Tais fatos até aqui registrados rememoram os fenômenos de restrição que aconteceram no decorrer de outros períodos avaliatórios e que impactaram severamente nos indicadores definidos. No entanto, ainda que as estratégias de adaptação da metodologia da CEAPA estejam consolidadas, permitindo o desenvolvimento das frentes de trabalho, não se pode afirmar que representam o funcionamento pleno e nos mesmos moldes metodológicos adotados costumeiramente.

Desta maneira, coube à Supervisão Metodológica acompanhar as instabilidades que se apresentaram para que a partir delas fossem realizadas constantes leituras, construções e adaptações nos moldes de trabalho das equipes e, a partir disso, criar estratégias de monitoramento, acompanhamento do público e intervenções com a rede. Por isso, realizou diversos alinhamentos a partir da realidade de cada equipe; participou de grande volume de reuniões e espaços estratégicos – inclusive com o Poder Judiciário, para apoio nas articulações relativas às temáticas supracitadas - e; colocou em prática planejamento inovador que promoveu a circulação de informações e experiências entre as equipes e capacitação dos profissionais.

Posta assim a questão, é fundamental analisar os indicadores a partir deste cenário e das estratégias construídas pelo Programa para compatibilizar o respeito às medidas preventivas para conter disseminação do Coronavírus à pauta das Alternativas Penais.

No 9º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/01 a 31/03/2021) foram realizados acumuladamente 8.978 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 14.383, atingiu-se 62,42% do estabelecido. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 10 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA					
UPC	5º AO 8º PA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
ARAGUARI (atividades suspensas em 06/2020)	675	-	-	-	0
BELO HORIZONTE	6864	484	596	622	1702
BETIM	2515	210	195	395	800
CONTAGEM	2167	161	135	241	537
DIVINOPOLIS	1496	168	197	203	568
GOVERNADOR VALADARES	1362	75	189	280	544
IBIRITE	1138	120	127	56	303
IPATINGA	3169	80	211	274	565
JUIZ DE FORA	3236	229	308	332	869
MONTES CLAROS	1545	141	121	110	372
R. DAS NEVES	1560	92	158	288	538
SANTA LUZIA	1374	148	140	227	515
SETE LAGOAS	1549	97	225	236	558
UBERABA	1608	92	185	164	441
UBERLÂNDIA	1937	195	280	191	666
VESPASIANO (atividades suspensas em 06/2020)	624	-	-	-	0
TOTAL	32819	2292	3067	3619	8.978

Para qualificar os resultados apresentados faz-se necessário registrar que esse Indicador é composto por variadas modalidades de atendimentos realizados pelo Programa. São eles: Atendimentos de Inscrição; Atendimentos de Acompanhamento; Atendimentos Grupais de PSC; Atendimentos Grupais de PEAP; e Atendimentos Grupais em Práticas Restaurativas. Por isso, reflete frentes de trabalho diversas que podem oscilar de acordo com a realidade de cada município e está suscetível, em diferentes escalas, aos impactos de ações da CEAPA, de terceiros ou de força maior - como ocorreu no período em análise.

Considerando tal complexidade, é importante analisar a execução do indicador a partir das modalidades desenvolvidas:

- Atendimentos individuais de inscrição:* tendo em vista o recesso forense e a suspensão de expediente em comarcas na Onda Roxa, percebe-se que os atendimentos de inscrição no Programa ficaram comprometidos, na medida em que não houve encaminhamento significativo de pessoas para inaugurar o adimplemento de Alternativas Penais. Diante de tal contexto e do trabalho remoto, os operadores do Direito tinham restrições importantes na condução dos processos físicos, bem como outras prioridades relacionadas ao sistema prisional, principalmente nas Varas de Execuções Penais dada a atuação pontual e específica nas Penas Restritivas de Direito que são cumpridas em meio aberto. Tal organização gerou repercussão direta no programa.
- Atendimentos de acompanhamento:* de acordo com a orientação para retomada gradual da Prestação de Serviços à Comunidade, as equipes técnicas se empenharam para reinserir o público no cumprimento, acompanharam com maior proximidade o desenvolvimento das atividades e, neste sentido, tornou-se ainda mais ativa nesta frente de trabalho. Contudo, ainda estão mantidas as dificuldades apresentadas pelo contexto pandêmico no que toca as restrições da rede

para recebimento do público cumpridor, o que impacta nesta forma de atendimento. Diante desse cenário, a equipe técnica lançou mão de estratégias de contatos com o público através ligações ou através do aplicativo *WhatsApp* para atualizações sobre esse contexto – importa salientar que somente a partir de fevereiro o recurso para o envio de cartas foi disponibilizado e, ainda que tenha sido permitida a emissão de notificações, surtiu pouco efeito diante das restrições de Onda Roxa logo em março. Além disso, certo número de casos ainda permanece aguardando posicionamento do Poder Judiciário acerca da Orientação Técnica do CNJ, o que faz com que as atualizações mensais não se deem necessariamente via atendimentos com intervenções, mas sim, via contatos e acompanhamentos processuais.

- c) *Atendimentos Grupais de PSC*: diante da queda de pessoas inscritas, o Grupo de Inicialização foi severamente impactado. A manutenção das restrições da rede para efetivação do cumprimento da PSC também repercutiu nos atendimentos dos Grupos de Acompanhamento e de Finalização.
- d) *Atendimentos Grupais de PEAP; e Atendimentos no âmbito da Justiça Restaurativa*: como as duas modalidades são desenvolvidas de forma coletiva, os atendimentos grupais são os que ainda sofrem maior impacto das restrições impostas pelo novo Coronavírus. Isso porque, para evitar a aglomeração de pessoas, o contato pessoal e a circulação do público, a execução de diversos Projetos de Execução de Alternativas Penais foi suspensa ou adaptada para modalidade virtual. Ainda que já executadas em maior volume, nesta última é incluído menor quantitativo de pessoas e, além disso, para que a demanda de casos seja contemplada de forma mais ágil, o número de encontros de alguns Projetos foi reduzido – fatos que promovem menor quantitativo de atendimentos por grupos.

Apesar das dificuldades, é indubitável o avanço exponencial do Programa na adaptação desta modalidade às restrições provocadas pela situação pandêmica e o maior desenvolvimento metodológico deste formato. Da mesma maneira, o público aderiu aos encontros com facilidade e participou de maneira ativa nas construções de discussões referentes às temáticas tratadas – o que garante a efetividade e qualidade das intervenções.

A partir da análise empreendida, é importante destacar a frequente expressão dos Atendimentos de Acompanhamento para o indicador que, também neste trimestre, contribuíram significativamente para a estabilidade dos números. Além disso, não se pode deixar de registrar que todas as modalidades de atendimentos são motivadas, por essência, pelo cumprimento das Alternativas Penais. Nesta feita, a suspensão da obrigatoriedade que ainda permanece em algumas comarcas, não deixa de influenciar na execução das metas.

Isto posto, destaca-se algumas Centrais:

- **Belo Horizonte**: o quantitativo de atendimentos nesse município, assim como os demais, foi agudamente impactado pela redução de casos encaminhados para o programa. Além disso, a ausência de grupos de PSC; as pendências de retorno do Juizado Especial Criminal sobre a Orientação Técnica do CNJ; e, também em consonância com os demais municípios, a retomada gradual da PSC diante das restrições da rede, culminaram na realização de 36% da meta municipal estipulada para o período.
- **Contagem**: Nessa Unidade, percebe-se que a ausência de contato com o público, impacta diretamente o quantitativo de atendimentos individuais de acompanhamento que compõe o indicador. Além desse fator, é importante jogar luz sob os atendimentos grupais que, por razão de pandemia, são realizados através de plataforma digital. Neste modo, para a preservação de preceitos metodológicos de intervenção, são incluídos, em cada grupo, menor quantitativo de casos. Por isso, ainda que os PEAPS (Ação de Responsabilização, principalmente) tenham sido desenvolvidos de forma ininterrupta no trimestre, o quantitativo de atendimentos grupais sofreu grande queda pela capacidade do meio utilizado.
- **Ibirité**: Nessa comarca, os juízes que costumeiramente encaminham maior volume de casos ao Programa suspenderam suas atividades em decorrência da regulamentação de funcionamento imposta pela TJMG. Além disso, desde 2020, os órgãos mantêm a obrigatoriedade de cumprimento das Alternativas Penais de cunho pessoal suspensa. Desta maneira, atendimentos de inscrição foram severamente comprometidos, assim como aqueles de Acompanhamento que, são motivados, em maioria pelo cumprimento da Alternativa Penal de PSC. Não se pode deixar de registrar ainda a oscilação na formação da equipe que esteve em parte do trimestre com 03 analistas e, em outra, com apenas 01. Desta maneira, a capacidade tornou-se igualmente comprometida, na medida em que os esforços também precisaram serem lançados nas articulações de rede – Indicador III.
- **Ipatinga**: Neste município, ainda que a dificuldade de contato com o público tenha grande influência do desempenho do indicador, é preciso registrar que, em parte do período avaliatório, a equipe esteve reduzida. Tal fato, mostra-se relevante, na medida em que compromete o desenvolvimento pleno de todas as frentes de trabalho que, precisam ser priorizadas pela equipe na medida de sua capacidade e urgências. Desta forma, no mês de janeiro, o indicador de atendimento sofreu vertiginosa queda em decorrência dos atendimentos de acompanhamento e a inexpressiva quantidade de atendimentos de inscrição – já que por ser período de recesso forense, as atividades do Poder Judiciário que já se mostravam com baixo volume da comarca, minguiaram ainda mais.
- **Ribeirão das Neves**: apesar do aumento gradativo do número de atendimentos mensais, ressalta-se o impacto da redução de inscrições e, conforme supracitado, não execução de grupos de PSC. Soma-se a isso a indisponibilidade de recurso do público para os grupos virtuais, que, nos períodos de teletrabalho, ficam aguardando a retomada de atendimentos presenciais para efetivação do cumprimento. Tais elementos culminaram no alcance de 66% da meta

estabelecida para o município. Em contrapartida, enfatiza-se o investimento em ações de rede nesse trimestre, conforme apontado no Indicador III.

Por fim, nota-se que, apesar das iniciativas exitosas das equipes do Ceapa, o período pandêmico impõe uma série de restrições que compromete em diferentes escalas o total de atendimentos realizados. **Pelas razões supracitadas, solicita-se a desconsideração deste indicador da avaliação geral dos resultados desse período.**

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais

Indicador nº 4.2. Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
72%	69,88%

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: Este indicador objetiva mensurar o cumprimento das alternativas penais acompanhadas pela CEAPA. Entendem-se como alternativas penais cumpridas aquelas que tenham se concluído conforme determinação judicial, baixadas pelo cumprimento integral ou pela ocorrência de indulto concedido pelo Poder Judiciário. Não serão consideradas para fins de cálculo desse indicador as ocorrências de fatores externos ao Programa CEAPA, tais como: baixa processual devido a conversão por outra pena/medida não acompanhada pela CEAPA; baixa por conversão da pena/medida alternativa em prisão por motivo diverso do descumprimento; baixa por transferência de comarca; baixa por falecimento; baixa por prescrição; baixa realizada pelo Poder Judiciário por motivos diversos.

No 9º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/01 a 31/03/2021) o percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial foi de 69,88%. Considerando que a meta estabelecida foi de 72%, atingiu-se 97,05% do estabelecido. Abaixo seguem informações relativas ao percentual de cumprimento por município.

Tabela 11 - Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial

	Nº TOTAL DE PENAS BAIXADAS POR CUMPRIMENTO INTEGRAL	Nº TOTAL DE PENAS BAIXADAS	% DE CUMPRIMENTO
ARAGUARI	-	-	-
BELO HORIZONTE	337	449	75,06%
BETIM	65	117	55,56%
CONTAGEM	42	54	77,78%
DIVINOPOLIS	5	7	71,43%
GOVERNADOR VALADARES	66	76	86,84%
IBIRITE	9	9	100,00%
IPATINGA	14	56	25,00%
JUIZ DE FORA	19	32	59,38%
MONTES CLAROS	15	19	78,95%
R. DAS NEVES	34	67	50,75%
SANTA LUZIA	8	8	100,00%
SETE LAGOAS	11	29	37,93%
UBERABA	29	31	93,55%
UBERLÂNDIA	42	42	100,00%
VESPASIANO	-	-	-
TOTAL	696	996	69,88%

Para a análise deste indicador, é fundamental levar em consideração decisões e fatores externos ao programa que impactaram diretamente no desempenho das metas. Isso se faz necessário, porque medidas foram tomadas levando em conta a força maior que dificulta ou impede o cumprimento das Alternativas Penais em cenário de pandemia.

Neste cenário, em abril de 2020 o **Conselho Nacional de Justiça emitiu Orientação³ que sugere a contabilização do tempo de pandemia como efetivo cumprimento**. Tal direcionamento foi seguido por diversos juízos das comarcas em que a CEAPA atua e, assim, grande volume de alternativas penais, ainda que não cumpridas, foram baixadas por cumprimento integral na medida em que as pessoas acompanhadas foram atingidas e beneficiadas pela decisão judicial. Por outro lado, casos não atingidos pela contabilização permaneceram em acompanhamento e a CEAPA buscou adaptar sua metodologia para compatibilizar o cumprimento às exigências do momento de restrição.

Nesse sentido, retomou a execução de Projetos de Execução de Alternativa Penal de maneira gradual, priorizando o meio virtual ou mesmo individual. Pode-se afirmar que essa estratégia foi efetiva para a vinculação do público e para atender as medidas de segurança sanitária. Contudo, compromete a capacidade do Programa de desenvolver maior volume de atendimentos, já que os grupos precisam ser realizados com menor número de pessoas para a preservação mínima da metodologia. Com isso, **há maior dificuldade de promover meios de cumprimento integral das alternativas penas acompanhadas e, por consequência, o percentual de cumprimento integral**.

Além disso, a Rede de Alternativas Penais na qual a Prestação de Serviços é desenvolvida encontra-se em todos os municípios com funcionamento comprometido e, quando o cumprimento é possível nesses locais, precisa ser com carga horária e/ou número de pessoas reduzidos. Com isso, a soma de alternativas penais finalizadas acaba sendo negativamente afetada, na medida em que o público demora mais tempo para o adimplemento da carga horária imposta – comprometendo assim o quantitativo de cumprimento da medida que tem maior volume no Programa.

Somado à tal fato, mesmo levando em consideração tais fatores, a CEAPA buscou contato com o público atendido para a construção conjunta de estratégias que tornassem o cumprimento viável. No entanto, mesmo lançando mão de meios diversos – telefone, aplicativo *WhatsApp* e cartas, a partir do mês de fevereiro - enfrentou grande dificuldade de contato com as pessoas atendidas. Desta maneira, os casos sob os quais a equipe lançou esforços, mas não obteve sucesso, foram baixados no Programa por descumprimento e oficiados ao Poder Judiciário com esta justificativa, e impactaram negativamente no indicador. Esta construção está alinhada com a metodologia e com parâmetros já estabelecidos com os parceiros e teve destaque em:

- **Betim:** Neste município, o posicionamento do Poder Judiciário sobre a contabilização do tempo de pandemia como efetivo cumprimento não foi sentido de forma concentrada em um só mês e, por isso, tem seus efeitos amortizados no indicador, ainda que seja considerável volume de baixas por cumprimento integral. Somado a tal fato, a equipe se movimentou para o monitoramento de Prestação de Serviços à Comunidade no mês de janeiro e Projetos de Execução de Alternativa Penais nos demais meses do trimestre. Com isso, casos em que a tentativa de contato sem sucesso foi configurada, foram oficiados como descumprimento ao Poder Judiciário – o que impactou no indicador, principalmente no mês de janeiro. Neste sentido, destaca-se a Alternativa de PSC que, é a medida acompanhada em maior volume no município.
- **Juiz de Fora:** destaca-se o mês de fevereiro, no qual foram oficiados o dobro de descumprimentos em comparação ao mês anterior, e todos foram atinentes à Prestação de Serviços à Comunidade. É possível aferir que nesses casos as pessoas com alternativa penal não cumpriram 25% da PSC determinada, ainda que tenham sido realizadas intervenções de responsabilização. Algumas baixas também são provenientes de devolução de casos para o Poder Judiciário devido à perda de contato.
- **Ipatinga:** Em Ipatinga, desde março de 2020, o Judiciário vem lançando Portarias que suspendem a obrigatoriedade de cumprimento das Alternas Penais e que dificultavam a análise de regularidade dos casos assim como o informe de descumprimentos daqueles sem contato. Ciente dos impactos processuais de tal fato, o Programa alinhou recentemente com o parceiro o informe de descumprimento dos casos em que mesmo antes da pandemia as intervenções já haviam sido esgotadas. Como consequência da articulação e do retorno da equipe ao trabalho presencial, em fevereiro e março, grande volume de casos de Prestação de Serviços à Comunidade que foram encaminhadas pela Vara de Execuções Penais foram baixados como descumprimento. Nesse ponto, é importante ressaltar que, ainda que o Poder Judiciário tenha de posicionado favorável à contabilização do tempo de pandemia como efetivo cumprimento das Alternativas Penais, a velocidade dos procedimentos de encerramentos dos feitos judiciais ainda é morosa e, assim, impacta das baixas por cumprimento integral do Programa e, no indicador.
- **Ribeirão das Neves:** a queda no indicador nos meses de fevereiro e março justifica-se, principalmente, pelo encerramento de Ações de Responsabilização para homens autores de violências contra as mulheres que motivaram a equipe a informar ao Judiciário o descumprimento daqueles que não frequentaram os encontros de forma assídua e regular. Além disso, outras alternativas penais foram baixadas diante da ausência de contato do público.
- **Sete Lagoas:** o declínio do indicador no mês de janeiro está relacionado à baixa por descumprimento de casos de Prestação de Serviços à Comunidade que, após diversas tentativas de contato sem sucesso, foram noticiados em janeiro e fevereiro. Já em março, a equipe se debruçou para o desenvolvimento das Ações de Responsabilização e, por isso, maior volume de casos foram descumpridos – sejam pela não assiduidade aos encontros grupais/ individuais ou pela ausência de contato.

³ Orientação Técnica do dia 27 de abril de 2020, CNJ 2020.

Por fim, convém destacar que a baixa dos casos por descumprimento, ainda que provoque o não atingimento da meta no trimestre, é de fundamental importância para a responsabilização do público, na medida em que as providências legais são tomadas visando o cumprimento das penas. Além disso, reflete o investimento das equipes no acompanhamento dos casos – ainda que não tenha sucesso – e na atualização dos dados, tornando-os fidedignos e confiáveis. Neste contexto, a Supervisão Metodológica atuou orientando as equipes técnicas de forma específica - o que sustentou o indicador, mas não foi suficiente para o alcance da meta. Ainda assim, seguirá aprimorando, diante da realidade de cada município, os procedimentos relativos ao monitoramento das alternativas penais e vinculação do público para que melhor desempenho no indicador seja atingido.

Registra-se, por fim, que a meta não foi alcançada nesse período por pouco, sendo 68,99% o percentual de alternativas penais cumpridas. Diante do exposto, registra-se que a contabilização do indicador foi impactada por todos esses motivos e atravessamentos, razão pela qual **solicita-se a desconsideração deste indicador da avaliação geral dos resultados desse período.**

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais

Indicador nº 4.3. Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
636	1.585

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: O Programa CEAPA desenvolve as alternativas penais com o suporte de equipamentos públicos e entidades do terceiro setor em cada município, numa perspectiva horizontal, e propõe um acompanhamento integrado das pessoas em alternativas penais.

Este indicador objetiva mensurar as ações do CEAPA de orientação e acompanhamento dos profissionais que compõe essa rede. Para fins desse indicador, deverão ser contabilizados:

- 1) Visitas de monitoramento às entidades da rede parceira para recebimento de Prestação de Serviços à Comunidade ou Projetos de Execução de Alternativas Penais;
- 2) Visitas de entidades da rede parceira à Unidade de Prevenção Social à Criminalidade;
- 3) Visitas a órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretarias Municipais e outras entidades correlatas para discussão sobre fluxos de alternativas penais.
- 4) Visitas em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes nos municípios que discutam temas transversais às alternativas penais.
- 5) Visitas de captação de novos parceiros;
- 6) Encontros para discussão de casos com a rede de proteção social;
- 7) Número de entidades que participaram dos encontros de rede desenvolvidos pela equipe do Programa, limitadas ao máximo de 30 entidades.

No 9º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/01 a 31/03/2021) foram realizadas acumuladamente 1.585 ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 636, o objetivo alcançado integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	5º AO 8º PA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
ARAGUARI	247	-	-	-	0
BELO HORIZONTE	833	109	82	147	338
BETIM	157	59	12	35	106
CONTAGEM	312	56	24	72	152
DIVINOPOLIS	303	19	13	48	80
GOVERNADOR VALADARES	313	24	21	22	67
IBIRITE	294	31	53	13	97
IPATINGA	624	38	56	49	143
JUIZ DE FORA	474	53	19	35	107

MONTES CLAROS	203	19	7	24	50
R. DAS NEVES	280	22	69	41	132
SANTA LUZIA	169	25	21	30	76
SETE LAGOAS	130	29	51	54	134
UBERABA	267	8	8	21	37
UBERLÂNDIA	295	12	23	31	66
VESPASIANO	97	-	-	-	0
TOTAL	4998	504	459	622	1.585

O desenvolvimento de 1585 articulações de rede no período – ou seja, a superação da meta em 149% – reflete a frente de trabalho onde os esforços das equipes foram lançados neste trimestre. Composto por articulações diversas com a rede parceira, o desempenho do Programa CEAPA no Indicador 4.3 reflete claramente as consequências das constantes mudanças no cenário social e de saúde narradas no decorrer de todo este documento e que impactaram nas Alternativas Penais.

Neste sentido, logo se percebe que tal fato é decorrente da constante necessidade de adaptação do cumprimento das penas ao contexto de saúde pública. Tendo em vista o instável funcionamento das instituições parceiras em tempos de pandemia, a equipe técnica manteve o vínculo, construiu estratégias e orientou os parceiros através de contatos telefônicos e videochamadas. **Estes meios de contato, por serem mais ágeis e dinâmicos que as visitas presenciais, impulsionaram as ações e possibilitaram o acompanhamento adequado do público e o cumprimento regular das alternativas penais em tempos de tamanhas restrições.**

Não se pode deixar de lembrar, ainda, que impactam no indicador as **constantes articulações com o Sistema de Justiça para alinhamentos e construções sobre a suspensão ou cumprimento de alternativas penais**. Assim, seja para alinhar os fluxos de encaminhamentos de novas alternativas; as consequências da Orientação do CNJ sobre a contabilização do tempo de pandemia como cumprimento; ou para construir estratégias para o cumprimento diante das restrições, **os contatos com o Judiciário, Ministério Público e/ou Defensoria Pública mostram-se de relevância para a manutenção das frentes de trabalho do Programa CEAPA.**

Buscando ainda outras estratégias de manutenção de vínculos, o Programa investiu, em alguns municípios, na **promoção de Encontros de Rede virtuais e, em outros, na participação de espaços instituídos**. Esteve presente em grupos de trabalho, espaços ou rede nos municípios que discutem temas relacionados ou transversais às Alternativas Penais. Nesse diapasão, destaca-se a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher que visa enfrentar o fenômeno de violência que avultou em período de pandemia. Trata-se, portanto, de atenção imprescindível para a CEAPA, pois se relaciona com o lugar institucional de acompanhamento de Medidas Protetivas e Medidas Cautelares relativas a esse fenômeno.

De forma geral, as ações foram desenvolvidas de forma intensa no decorrer de todo o período avaliatório, mas mostram-se mais vultosas no mês de março. Tal fato foi motivado pelo regime de teletrabalho imposto à todas as Centrais e ao posicionamento institucional no Programa para a suspensão do cumprimento da Alternativa Penal de Prestação de Serviços à Comunidade. Por isso, enquanto nos meses de janeiro e fevereiro as ações de rede eram voltadas para a necessidade de inclusão gradual do público no cumprimento, em março passaram a ser direcionadas ao informe de teletrabalho e sensibilização para os riscos do cumprimento nesse momento.

A par disso, tiveram destaque:

- **Divinópolis:** ainda que a meta trimestral era de 24 ações de rede, a equipe realizou 80 articulações no período, ou seja, 233% a mais do que o estabelecido. Tal fato se deve à necessidade de contínua atualização de informações sobre o funcionamento e disponibilidade da rede de Alternativas Penais, visando a continuidade da retomada gradual do cumprimento de PSC.
- **Ibirité:** neste município, diante da ausência de novas inscrições e da suspensão da obrigatoriedade de cumprimento, esta foi a frente de trabalho desenvolvida em maior volume. Tal estratégia se fez necessária para a manutenção de vínculo com as entidades e para alinhamentos das parcerias. Desta forma, teve grande destaque no trimestre as articulações realizadas o Sistema de Justiça, Secretarias Municipais e entidades correlatas. Motivada pelas mudanças no executivo municipal, a gestão social que, há pouco estava no município, se movimentou nos primeiros meses do ano para a sua apresentação aos parceiros, assim como para constantes reuniões com o Sistema de Justiça (Juizes, Promotores de Justiça e Secretarias das Varas). Os encontros visavam tratar os desdobramentos da suspensão da obrigatoriedade do cumprimento, alinhar os encaminhamentos ou a contabilização do tempo de pandemia como efetivo cumprimento das Alternativas Penais.
- **Sete Lagoas:** com meta de 8 ações por mês, a equipe de Sete Lagoas realizou 134 ações no período, ou seja, 458% a mais que o estabelecido. O volume é respaldado pelas mudanças provocadas no Poder Executivo Municipal que motivou maior volume de contatos para o alinhamento da parceria e, sobretudo, pela constante necessidade de informações sobre o funcionamento e disponibilidade das instituições para o cumprimento da Prestação de Serviços à Comunidade. Neste município, é importante destacar ainda a organização e a mobilização dos parceiros para o Encontro de Rede realizado no mês de fevereiro. Desta maneira, a reunião com as entidades da Rede de Alternativas Penais da comarca, motivou a equipe em suas articulações antes e após sua realização.
- **Ribeirão das Neves:** ocorreu oscilação positiva deste quantitativo devido ao volume de articulações de rede construídas com a finalidade de verificar o funcionamento atual dos equipamentos e construção da retomada do cumprimento da

PSC. Tal investimento culminou na realização de 132 ações no período, ou seja, 266% a mais que o estabelecido na meta municipal.

No que tange a rede de proteção social, o investimento técnico foi de identificar vulnerabilidades e riscos de cada caso e referenciar as demandas na rede específica, no intuito de colaborar na construção de respostas sociais e oportunizar acesso às políticas públicas – alinhado, inclusive, com o orientador nacional sobre a atuação das Centrais de Alternativas Penais no contexto de pandemia, através do Plano Nacional de Ação e lançamento da Campanha “Conte comigo” do setor de Coordenação de Monitoração Eletrônica e Alternativas Penais do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN. Observa-se que o cenário imposto agravou diversas vulnerabilidades socioeconômicas e gerou extremas urgências sociais no público do programa, o que torna imprescindível o fortalecimento dos laços com a rede de proteção social e contato frequente para discussão dos casos.

Em leitura mais aprofundada, pode-se afirmar que, apesar dos desafios, o desenvolvimento das articulações de rede tem aprimorado a atuação das equipes em relação às parcerias e tem promovido maior alinhamentos das entidades à proposta da Política de Alternativas Penais. Nesse sentido, a Supervisão Metodológica se dedica a orientar as equipes técnicas sobre os procedimentos buscando, cada vez mais, o refinamento das ações no que toca a este indicador.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional

Indicador nº 5.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
4.342	3.716

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: O Programa PRESP busca garantir o atendimento qualificado às pessoas egressas do Sistema Prisional, enquanto direito assegurado na Lei de Execução Penal e disposto em legislações específicas, tornando extensivo o atendimento aos familiares a fim de favorecer o fortalecimento de vínculos de apoio e suporte social.

Os atendimentos são realizados pela equipe técnica do Programa e visam: intervir em fatores de vulnerabilidades pessoais e sociais que possam favorecer o comportamento de risco e a vitimização; contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e de apoio comunitário; possibilitar e fomentar encaminhamentos para efetivação de direitos e garantias sociais bem como acesso às oportunidades existentes na rede de cada município; promover ações de enfrentamento à estigmatização que recaem sobre pessoas egressas do sistema prisional.

Para fins deste indicador serão contabilizados:

- 1) Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novos egressos;
- 2) Atendimentos individuais de egressos em acompanhamento;
- 3) Atendimentos individuais com familiares de egressos;
- 4) Atendimentos individuais de pré-egresso e/ou familiar;
- 5) Participação de Egressos de cada atendimento grupal realizado pelo PRESP e assinaram a lista de presença;
- 6) Participação de pré-egressos em atendimentos grupais nas unidades prisionais e assinaram a lista de presença.
- 7) Participação de familiares de egressos em cada atendimento grupal realizado pelo PRESP e assinaram a lista de presença.
- 8) Participação de familiares de pré-egressos em cada atendimento grupal realizado pelo PRESP e assinaram a lista de presença.

No 9º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/01 a 31/03/2021) foram realizados cumulativamente 3.716 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 4.342, alcançou-se 85,58% do estabelecido. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	5º AO 8º PA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
ARAGUARI	144	-	-	-	0
BELO HORIZONTE	2.237	222	233	283	738
BETIM	939	117	113	74	304
CONTAGEM	1.111	124	61	117	302
GOVERNADOR VALADARES	748	112	79	111	302
IPATINGA	818	88	72	118	278
JUIZ DE FORA	871	85	74	44	203
MONTES CLAROS	922	74	112	85	271
RIBEIRÃO DAS NEVES	1.225	136	93	139	368
SANTA LUZIA	664	111	150	121	382
UBERABA	889	38	40	66	144
UBERLÂNDIA	1.226	176	139	109	424
TOTAL	11.794	1.283	1.166	1.267	3.716

Um dos primeiros pontos a serem considerados é que o cumprimento de 85,6% da meta para este período avaliatório constitui um resultado expressivo tendo em vista as restrições impostas pela pandemia da Covid-19 e seus desdobramentos para a execução do Presp.

Em função do decreto de “ondas” determinado pelo “Minas Consciente”, muitos municípios cobertos pelo PrEsp oscilaram em diferentes estágios de restrições de circulação durante todo o 9º período avaliatório, o que exigiu diferentes arranjos na composição e formatos das equipes do programa. Durante praticamente todo mês de janeiro, cinco unidades estiveram em trabalho remoto/ teletrabalho. Em fevereiro, todos os profissionais retornaram ao trabalho presencial nas UPCs. Contudo, na segunda quinzena de março, todo o Presp retorna ao formato de teletrabalho diante da instauração da “Onda Roxa” em todo o Estado.

Considera-se que as constantes alterações no formato de trabalho, ora presencial ora remoto, geram incertezas ao público, o que reflete significativamente em sua circulação e acesso ao programa e, por consequência, nos números de atendimentos. Nota-se

que, em cenário de teletrabalho, o público que acessa o programa é informado que a equipe em atendimento remoto e costumam acessá-la pelos contatos disponibilizados na portaria das UPCs. Entretanto, com a restrição de circulação, muitos não vão às Unidades de Prevenção e, assim, desconhecem esse novo formato de trabalho e as possibilidades de contato com as equipes.

Outro fator importante, de ordem mais geral, a se considerar na análise desse indicador é a disponibilidade de analistas para os atendimentos. Situações de férias ou atestado com grande duração observadas em algumas equipes impactaram significativamente nos resultados, sobretudo quando houve aumento do acesso do público ao programa.

Nesse contexto, se faz necessário apresentar esses e outros fatores que ajudam compreender o contexto dos atendimentos do programa em seus diferentes territórios.

Como observou-se em **Uberlândia**, o não funcionamento e atendimento de um número expressivo de serviços da proteção social fez com que houvesse uma baixa procura ao Presp, pois, no entendimento do público, esse programa também estaria com seus atendimentos suspensos. Tal fato que foi percebido após contato telefônico realizado pelas equipes junto aos egressos e seus familiares.

Em Belo Horizonte, no período em que a equipe se encontrava em teletrabalho, adotou-se uma forma interessante para prestar atendimento ao público que procura o programa de forma presencial e muitas vezes não possui recursos para contactar a equipe. A estratégia consiste em colar uma lista na portaria do prédio da UPC para que os egressos que por ali transitam possam registrar o seu nome e o telefone. Diariamente, o registro fotográfico dessa lista é enviado para a equipe para que ela entre em contato com esses egressos. Apesar dessas iniciativas, de fato, as Unidades de Prevenção à Criminalidade abertas ampliam as possibilidades de atendimentos e inscrições, e o impacto restritivo do teletrabalho é percebido em todas as equipes.

Em Juiz de Fora, o indicador de atendimento, apesar de não atingir a meta estabelecida, apresentou crescimento conforme o quantitativo de janeiro e fevereiro. Entretanto, no mês de março, onde observou-se uma queda, havia apenas um analista, visto que o outro estava gozando de férias. O que se destaca nessa situação é o fato de a analista disponível ser recém-contratada, estar em período de adaptação e se apropriando da metodologia do programa, fato que favoreceu a redução dos atendimentos realizados por essa equipe em tal mês.

Já em Montes Claros os dois primeiros meses de 2021 foram marcados pelo trabalho presencial, pela realização de atividades coletivas e pelo retorno da coleta de condicionalidade de assinaturas no mês de fevereiro. Tal situação ampliou a circulação do público no programa e, conseqüentemente, a procura por atendimentos e o aumento dos agendamentos de retorno para o mês de março. Todavia, devido ao atestado e posterior desligamento de um analista, a equipe atuou com apenas um analista durante quase todo o mês de março - período em que se retoma o formato teletrabalho e que é possível observar um quantitativo elevado de atendimentos, porém menor que no mês de fevereiro.

Em Ipatinga não houve o retorno da coleta de assinaturas, mas a expectativa gerada pelo possível retorno em março - conforme portaria emitida pelo judiciário do município - levou a um maior acesso do público à equipe em busca de informações. Esse acesso foi revertido em atendimento, mesmo enquanto a equipe esteve em teletrabalho, e causou a elevação do indicador em tal mês.

De forma semelhante a Ipatinga, **em Governador Valadares** a chegada do público ao programa tem se dado, em sua maioria, para obter informações para dar início ou continuidade a condicionalidade da assinatura. Nesse município, o judiciário continua realizando as audiências admonitórias e orientando o público a acessar o programa para cumprir tal condicionalidade. Importante destacar adicionalmente que, em Governador Valadares, o acesso dos egressos ao programa ainda permanece muito atrelado à situação da condicionalidade de assinatura. Assim sendo, quando o judiciário suspende a obrigatoriedade do comparecimento, os egressos chegam em um quantitativo menor ao programa, quando finda a suspensão, os egressos acessam em maior número. Por fim, destaca-se também a realização de Grupos de Apresentação e outras Atividades Coletivas, considerando o contexto de pandemia e as medidas sanitárias para evitar a alta nas taxas de transmissão, como ações que contribuíram para elevação desse indicador, mesmo sendo realizadas de forma moderada.

Santa Luzia foi marcada por uma grande oscilação entre o formato teletrabalho e presencial das equipes, gerando descontinuidade das ações. Como motivos para ampliação do número de atendimentos, sobretudo em fevereiro, destacam-se a ação coletiva em unidade prisional (APAC Santa Luzia) para apresentação do programa e mobilização para vinculação ao Presp (com 41 participantes entre pré-egressos e familiares de pré-egressos), e o retorno da coleta de assinaturas na UPC e a contratação de uma nova analista.

Cabe mencionar que o teletrabalho incidiu em desafios estruturais como o fato de as equipes perceberem uma quantidade considerável de números inexistentes ou desligados ao acionarem os egressos por telefone. Mas ainda sim, é importante destacar o quanto é perceptível uma elevação de contatos realizados com sucesso aos egressos atendidos e acompanhados, até mesmo porque esses egressos, para acessar alguns serviços da rede, dependem quase que exclusivamente do aparelho eletrônico e/ou internet nesse cenário. Os atendimentos por telefone também permitiram o maior acesso de familiares, já que muitos egressos utilizam o contato dos familiares para acessarem o programa, como observado neste trimestre em municípios como **Ribeirão das Neves e Belo Horizonte**, onde houve 44 e 62 atendimentos de familiares respectivamente.

Por fim, **em Uberaba** observou-se números abaixo do esperado no período avaliatório. Como já mencionado em momentos anteriores, as ações coletivas no município faziam com que a equipe conseguisse alcançar um maior número de pessoas para

atendimento e acompanhamento, mas com o advento da pandemia tais ações não são possíveis. Entretanto, percebeu-se uma elevação mensal gradual e significativa nesse período avaliatório. No mês de março, notou-se um aumento de aproximadamente 80% nos números de atendimento em relação ao mês anterior. Isso é reflexo de ações planejadas com a equipe entre supervisão metodológica e gestão na busca de qualificar as intervenções na rede e com os egressos em atendimento. A equipe investiu na realização de atendimentos por videochamadas com egressos já acompanhados e foi perceptível a adesão desse público.

Mesmo diante do cenário adverso supracitado foram atingidos 85,58% da meta de atendimentos prevista para esse Período Avaliatório. Contudo, em função das restrições e impactos causados pelo contexto da Covid-19 na realização plena dos atendimentos do Presp, **solicita-se a desconsideração deste indicador da avaliação geral dos resultados desse período.**

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional

Indicador nº 5.2. Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
78%	84,98%

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: O Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp – tem por objetivo favorecer o acesso a direitos e promover condições para inclusão social de egressos do Sistema Prisional, minimizando as vulnerabilidades relacionadas a processos de criminalização e agravadas pelo aprisionamento. Para tanto, os analistas responsáveis precisam construir uma vinculação do egresso do Sistema Prisional ao PRESP, justamente porque as intervenções do referido Programa dependem de um conjunto de atendimentos continuados. Dessa forma, este indicador visa avaliar a vinculação do público ao PrEsp. Para fins desse indicador, considera-se vinculado o egresso que retorna ao PrEsp após a sua inscrição. Para cálculo desse indicador não serão considerados os atendimentos de familiares ou de pré-egressos.

No 9º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/01 a 31/03/2021) o percentual de adesão dos egressos atendidos pelo PRESP foi 84,98%. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 78%, esta foi atendida integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 14 - Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório

UPC	Nº TOTAL DE ATENDIMENTOS DE RETORNO	Nº TOTAL DE ATENDIMENTOS DE EGRESSOS	% DE VINCULAÇÃO
ARAGUARI	-	-	-
BELO HORIZONTE	495	578	85,64%
BETIM	255	284	89,79%
CONTAGEM	198	228	86,84%
GOVERNADOR VALADARES	156	188	82,98%
IPATINGA	131	183	71,58%
JUIZ DE FORA	112	126	88,89%
MONTES CLAROS	135	169	79,88%
RIBEIRÃO DAS NEVES	211	239	88,28%
SANTA LUZIA	258	290	88,97%
UBERABA	108	126	85,71%
UBERLÂNDIA	170	212	80,19%
TOTAL	2229	2623	84,98%

O resultado de 84,98% de adesão ao programa no período avaliatório indica que, apesar das adversidades contextuais destacadas no indicador 5.1, o investimento das equipes em construir vínculo e acompanhar os egressos atendidos pelo PrEsp foi efetivo através das intervenções realizadas pelos analistas sociais. Neste contexto, é importante destacar o cenário no qual as equipes desenvolveram o trabalho tendo em vista praticamente 2 (dois) meses de trabalho no formato remoto e apenas 1 (um) mês presencialmente na UPC.

Uma das características favorecidas pelo formato de teletrabalho foi o investimento das equipes em acionar os usuários atendidos e acompanhados pelo PrEsp, por meio dos dados que constam na planilha do programa, em busca de provocar

atendimentos de retorno e conseqüentemente estimular a retomada dos acompanhamentos. Tal intervenção é acompanhada pela supervisão metodológica com o objetivo de serem realizados atendimentos qualificados considerando as demandas e vulnerabilidades apresentadas em atendimentos anteriores por esses egressos. Esse movimento busca elevar o número de atendimentos de retorno a egressos já inscritos no PrEsp, promovendo assim maior adesão ao programa.

O aumento do número de inscrições repercutiu em uma “leve” diminuição no que é previsto para o indicador de adesão, conforme observado em equipes como **Betim e Belo Horizonte** no mês de fevereiro, pois as equipes investem mais nesses primeiros atendimentos e naturalmente o retorno para atendimento é menor. Entretanto, essa pequena oscilação não impacta no indicador, uma vez que o atendimento se mantém elevado diante do que é previsto para as duas equipes.

Destaque para os municípios de **Ipatinga e Montes Claros** que apresentaram elevação desse indicador no trimestre comparado ao trimestre anterior, mas se configuram como equipes que não têm atingido o índice previsto para o indicador de adesão, devido ao número considerável de inscrições/primeiros atendimentos. A supervisão metodológica vem trabalhando junto a essas equipes a necessidade de investirem também em acompanhamentos.

A qualificação em supervisões metodológicas com as equipes do PrEsp para retomada dos acompanhamentos de casos sem atualização há mais de um ano no programa também favoreceu o aumento do indicador de adesão, sobretudo em equipes com acesso elevado de usuários para o primeiro atendimento. Tal situação é observada em **Governador Valadares**, em que o saldo desse indicador apresentado no mês de março de 2021 pode assinalar o resultado desse investimento.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional

Indicador nº 5.3. Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
282	421

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: O PrEsp desenvolve diversas atividades de mobilização da rede de apoio em cada município e entidades privadas com ou sem fins lucrativos, no sentido de sensibilizar sobre a pauta da inclusão social de egressos do sistema prisional, assim como para criar fluxos de encaminhamentos para o atendimento de egressos nos diversos serviços e projetos sociais existentes.

Para fins desse indicador, deverão ser contabilizados:

- 1) Encontros com entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos para construção de fluxos de encaminhamento de egressos;
- 2) Reuniões com entidades da rede de proteção social para discussão de casos;
- 3) Número de participação das equipes do PRESP em conselhos, encontros ou outras atividades já desenvolvidas pela rede em cada município;
- 4) Número de entidades que participaram dos encontros de rede desenvolvidos pela equipe do Programa;
- 5) Encontros com entidades públicas e privadas para fomentar ações de profissionalização e empregabilidade de egressos.
- 6) Visitas às unidades prisionais.

No 9º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/01 a 31/03/2021) foram realizadas acumuladamente 421 atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do sistema prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 282, objetivo foi alcançado integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atividades em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade – UPC.

UPC	5º AO 8º PA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
ARAGUARI	29	-	-	-	0
BELO HORIZONTE	200	16	20	24	60
BETIM	95	7	7	7	21
CONTAGEM	178	16	10	11	37
GOVERNADOR VALADARES	110	13	7	5	25
IPATINGA	227	10	8	17	35

JUIZ DE FORA	219	26	21	13	60
MONTES CLAROS	114	9	12	9	30
RIBEIRÃO DAS NEVES	134	9	7	13	29
SANTA LUZIA	94	5	8	7	20
UBERABA	279	16	16	17	49
UBERLÂNDIA	310	18	25	12	55
TOTAL	1989	145	141	135	421

A Mobilização de Rede se apresentou elevada nesse período avaliatório, superando a meta estabelecida para esse indicador em 149%.

Uma análise mais qualificada do indicador revela que o contexto pandêmico tem causado significativo agravamento das condições de garantia e acesso a direitos básicos a renda, emprego e alimentação de públicos vulneráveis, como os egressos do sistema prisional. A busca elevada por benefícios sociais e oportunidade de geração de renda pelo público-alvo demandou das equipes do PrEsp a necessidade de maior articulação com as redes de serviços dos municípios que estão inseridas, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento **de parcerias para a concessão de cestas básicas com instituições públicas, privadas e do terceiro setor**. Tal ação foi um tipo de intervenção significativa nos municípios de **Ribeirão das Neves, Ipatinga, Betim e Belo Horizonte**, onde a concessão de cestas básicas para o público do programa representou um apoio importante num contexto de grave insegurança alimentar.

A rede do programa como um todo ainda é muito instável em relação às ofertas de atendimento, acompanhamento e benefícios. Nesse sentido, observou-se que a **rede de assistência à população de rua, apresentou-se mais atuante nesse cenário**, se constituindo com um parceiro importante para acesso e acompanhamento do público, sobretudo quando a equipe do PrEsp está em teletrabalho. Essa situação foi marcante em **Juiz de Fora e Belo Horizonte**. Na capital mineira, por exemplo, a Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte (com o Projeto Canto de Rua, que acolhe pessoas em situação de rua neste período de pandemia) tem sido um parceiro estratégico para acessar pessoas com experiência prisional que por diversos motivos não conseguem ter acesso à UPC. Atendimentos, apresentação do programa, sensibilização e ações coletivas têm sido algumas das possibilidades de intervenções da equipe junto ao público desse equipamento.

As alterações constantes no formato de trabalho impactaram nos resultados das articulações realizadas para ampliação de portas de entradas. Um ponto de destaque é a **articulação com as unidades prisionais para encaminhamento do público ao programa**. Em **Juiz de Fora** foi possível a mobilização para ampliação da porta de entradas do público a partir da articulação com as Unidades prisionais favorecidas pelo Memorando-Circular nº 382/2020/SEJUSP/DSP, que indica o encaminhamento formalizado de egressos imediato ao programa após saída do sistema prisional. Apesar das incertezas geradas pelo cenário pandêmico e oscilação no formato de trabalho da equipe, percebeu-se o aumento gradual desse público encaminhado pelas unidades prisionais, resultado de uma relevante articulação com a rede nesse trimestre.

A rede de serviços com funcionamento restrito e o impacto no acompanhamento dos egressos é perceptível em municípios como **Betim**, cuja rede de serviços da Assistência Social esteve quase todo o trimestre sem profissionais disponíveis, aguardando a convocação em um concurso. Diante desse contexto, a equipe buscou serviços da rede do terceiro setor para atender demandas básicas do público, tais como alimentação, impossibilidade de encaminhar para retirada de documentação gratuita e/ou outros direitos básicos ofertados somente pela Assistência.

Mediante o exposto, mesmo que o programa ainda apresente um elevado número de ações de mobilizações de rede, e considerando a qualificação permanente de entendimento desta intervenção no programa junto às equipes, pode-se dizer que tais ações junto a rede de proteção nas cidades onde o PrEsp atua são mobilizações estratégicas e de suma importância para o público atendido pelo programa.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa Selo Prevenção Minas**Indicador nº 6.1. Número acumulado de ações de articulação de rede do Programa Selo Prevenção Minas**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
300	259

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: O Programa Selo Prevenção, executado por meio da celebração de Termos de Cooperação Técnica com os municípios, atua na perspectiva da Segurança Cidadã, concebendo como essencial a interlocução com a rede parceira para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades nos municípios. Conforme metodologia do Programa, a rede parceira é composta por organizações, de caráter formal ou informal, que atuem nas áreas de segurança pública, justiça, proteção social e garantia de direitos humanos. Nesse sentido, as intervenções do Programa são construídas em diálogo, mobilização e cooperação com a rede parceira.

Para fins deste indicador, são consideradas ações de articulação de rede:

- 1) Número de participantes nas reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidas pelo Programa;
- 2) Número de participações da equipe municipal em reuniões, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes para discussão de casos, construção de fluxos, alinhamentos institucionais e estratégias articuladas de intervenção em fenômenos de violência e criminalidade com a rede;
- 3) Número de encaminhamentos para a rede parceira de casos de violência que se apresentem ao Programa, visando a prevenção e/ou o enfrentamento da violência;
- 4) Número de reuniões da equipe municipal com as organizações para apresentação do Programa, instituição de novas parcerias, aplicação de diagnóstico e construção de ações do Plano Municipal;
- 5) Número de participantes das organizações nas capacitações promovidas pelo Programa;

No 9º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/01 a 31/03/2021) realizou-se um total de 259 ações de articulação de rede pelo Programa Selo Prevenção Minas. Considerando que a meta para o trimestre era de 300 ações, o programa atingiu 86,33% do esperado.

Atualmente, o Programa Selo é realizado nas cidades de Alfenas e Tocantins. A primeira realizou 194 ações, o que corresponde a 74,9% do total auferido, enquanto Tocantins realizou 65 ações, ou seja, 25,1% do total de ações realizadas entre os meses de janeiro a março.

É importante ressaltar que as restrições impostas pelo plano Minas Consciente sobre a circulação de pessoas e realização de atividades, medida fundamental para frear a disseminação do Corona vírus e diminuir o impacto da pandemia de COVID-19 sobre o sistema de saúde público, interferiu diretamente neste indicador do Programa Selo Prevenção. Assim, quase a totalidade das ações tem sido feitas em teletrabalho, por telefone ou videoconferência, restringindo, portanto, o alcance das equipes técnicas às instituições da rede.

Tabela 16 - Número acumulado de ações de articulação de rede do Programa Selo Prevenção Minas 2021

Municípios	Meses			Total
	Janeiro	Fevereiro	Março	
Alfenas	34	79	81	194
Tocantins	26	35	4	65
Total	60	114	85	259

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador nº 7.1. Percentual de acompanhamento in loco da Supervisão no interior

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	-

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: acompanhamento *in loco* da Supervisão permite que tanto o Supervisor Geral, quanto os Supervisores Metodológicos, possam exercer suas atribuições, de acordo com cada cargo, nos municípios do interior do Estado, de forma que verifiquem e acompanhem o desenvolvimento das equipes técnicas da Política de Prevenção Social à Criminalidade. Desta forma, este indicador visa aferir o percentual de visitas de acompanhamento realizadas pela Supervisão Geral e Supervisão Metodológica no interior de acordo com os cronogramas.

No 9º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/01 a 31/03/2021) em função da pandemia de Coronavírus não foi realizada viagens para visitas de supervisão metodológica nem de supervisão da gestão. Isso não significa dizer que as atividades inerentes ao processo de acompanhamento das equipes técnicas e dos gestores sociais não ocorreram. Pelo contrário, o contexto exige desses atores cada vez mais proximidade e acompanhamento por parte das equipes já que exige criatividade e modificações das equipes no que se refere às propostas de atendimentos.

Como exposto nas análises dos indicadores anteriores sobre os programas, neste trimestre, o contato presencial, em grande medida, foi substituído e intensificado pelo formato virtual. O uso de aplicativos e ferramentas como WhatsApp e videochamada possibilitou a realização de centenas de reuniões, acompanhamento e até mesmo de cursos e capacitações com as equipes de todo Estado – conforme apontado no indicador 7.3 Participação em Capacitações.

Em virtude da impossibilidade realização do acompanhamento *in loco* da supervisão no interior e do cenário supracitado, **solicita-se a desconsideração deste indicador da avaliação geral dos resultados desse período.**

Fonte de comprovação do indicador

Relatórios das visitas realizadas pelos Supervisores.

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador nº 7.2. Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
15	9,6

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: Este indicador objetiva garantir a reposição das equipes dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade sejam realizadas em tempo hábil pela OS parceira a fim de garantir o quadro de trabalhadores planejado nas memórias de cálculo.

Nos casos de reposição, o processo tem início com o encaminhamento de solicitação da chefia imediata para reposição de vaga e fim a assinatura do contrato de trabalho do substituto. Para esse indicador serão considerados tanto os profissionais das Unidades de Prevenção à Criminalidade quanto os profissionais da Sede da OS para execução do Contrato de Gestão. Para efeito do cálculo do indicador, cada desistência de candidatos convocados incidirá em uma subtração de 03 dias corridos no total de dias utilizados até a contratação, visto que cada desistência no comum das vezes gera uma nova convocação e um novo prazo de resposta. Não havendo candidatos excedentes incidirá em uma subtração de 30 dias corridos no total de dias utilizados até a contratação para fins de realização de novo processo seletivo. Para fins deste indicador, os prazos deverão ser computados excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento, sendo considerados os dias corridos e não somente os dias úteis. Da mesma forma, em caso de realização de processo seletivo e da ausência de candidatos aptos a assumirem a vaga, deverão ser subtraídos 30 dias do total de dias gastos para a reposição já que nesta circunstância deverá ser realizado novo processo de seleção, com todas as etapas previstas.

Neste período avaliatório foi necessário a realização de um conjunto de processos seletivos para substituição de pessoal tanto em termos de licenças médicas quanto por saídas de profissionais. Ao todo foram realizadas **27 substituições que levaram em média 9,6 dias para serem realizadas.**

TABELA 16 – RECOMPOSIÇÃO DE PESSOAL

Data da RP	UPC	Funcionário desligado/remanejado	Funcionário Contratado	Data de Substituição (Início novo funcionário)	Dias para reposição
01/02/2021	Santa Lúcia	Marcelle Regine Silva	Mariana Moreira Gomes	10/02/2021	09
08/01/2021	Alfenas	Patricia Juliana Rodrigues Costa	Alice Lamounier Marques	18/01/2021	10
12/02/2021	Vespasiano - Morro Alto	Abertura de Vaga	Aline Luiza Dias Pereira	18/02/2021	06
23/02/2021	Jardim Leblon	Ana Cristina Senna Garcia	Ana Carolina Fonseca Porto	03/03/2021	08
16/02/2021	Se Liga	Abertura de Vaga	Barbara Roberta Da Silva	01/03/2021	13
01/02/2021	Vila Pinho	Abertura de Vaga	Camila Daniele de Oliveira Dutra	10/02/2021	09
15/01/2021	Contagem - Ressaca/Nova Contagem	Antônio Carlos da Costa Nunes	Cássia Da Silva Pacheco Souto	22/01/2021	07
15/12/2020	Ipatinga – Centro	Abertura de vaga	Cláudia Andrade Dos Reis	04/01/2021	20
23/02/2021	Contagem - Nova Contagem	Abertura de Vaga	Claudia Eliza Ferreira Dos Santos	03/03/2021	08
04/02/2021	Sede Administrativa	Fabiano Neves Alves Pereira	Diogo Alves Caminhas	10/02/2021	06
17/02/2021	Montes Claros – Centro	Abertura de Vaga	Gilson Dutra Correa Júnior	01/03/2021	12
23/02/2021	Taquaril	Abertura de Vaga	Greiciele Vieira De Andrade	03/03/2021	08
05/03/2021	Alfenas	Alice Lamounier Marques	Guilherme Abraão Silva	15/03/2021	11
01/02/2021	Betim – Centro	Abertura de Vaga	João Carlos Paulino Ribeiro	10/02/2021	09
01/02/2021	Jardim Felicidade – Ribeiro de Abreu	Abertura de Vaga	Lucas Henrique Ferreira	10/02/2021	09
24/02/2021	Centro – BH	Thaísa Bello de Abreu	Lucas Silva Costa	03/03/2021	7
21/01/2021	Jardim Felicidade – Ribeiro de Abreu	Poliana Diniz dos Santos Araujo (licença maternidade)	Luciene Maria De Oliveira	01/02/2021	10
15/12/2021	Governador Valadares – Centro	Abertura de Vaga	Maíra Santana Miranda Porto	04/01/2021	20
02/03/2021	Montes Claros Santos Reis	Abertura de Vaga	Naiara Souza Leite	15/03/2021	13
23/02/2021	Morro das Pedras	Maria Cecilia Fernandes dos Santos	Nathalia Meggiolaro	03/03/2021	08
13/01/2021	Sede Administrativa	Raysla Vitoria Lisboa Luz	Pedro Henrique De Almeida Rocha	18/01/2021	05
02/02/2021	Sede administrativa	Mariana Rodrigues de Araujo	Rafael Miranda Campos de Magalhães	10/02/2021	08
26/01/2021	Juiz de Fora Centro	Pablo Ramonyer Feliz Rocha	Raiana Forte Ramada	04/02/2021	09
05/03/2021	Centro - BH	Rosilene Nepomuceno da Silva	Raquel Mussolini Silvestre	15/03/2021	09
01/02/2021	Contagem - Ressaca/Nova Contagem	Erica Graça Silva teles	Roberta Dias dos Santos	10/02/2021	09

26/01/2021	Betim - Jd. Teresópolis	Abertura de Vaga	Stefânia Lais Anzolim Nicola	04/02/2021	09
23/02/2021	Pedreira Prado Lopes	Deborah Ilana Silva Abrahão Pereira	Thaís Karina Dos Reis De Oliveira	03/03/2021	08

Foram realizados ao longo do período 23 processos seletivos para ajustes e reposição de equipe. Sendo eles:

- 01-2021 Analista Social PrEsp - Juiz de Fora (online)
- 04-2021 Analista Social Ceapa - Santa Luzia (online)
- 91-2021 Analista Social PrEsp - Betim e Contagem (online)
- 111-2021 Analista Social Ceapa - Betim e Contagem (online)
- 118-2021 Assistente Administrativo Financeiro (online)
- 136-2021 Técnico Administrativo BH (online)
- 137-2021 Técnico Administrativo Montes Claros (online)
- 138-2021 Analista Social para o Presp - Belo Horizonte (online)
- 139-2021 Analista Social para o Presp - Ribeirão das Neves (online)
- 140-2021 Analista Social para o Programa Fica Vivo! - Montes Claros-MG (online)
- 141- 2021 Analista Social PCD para o Programa Fica Vivo - BH E RMBH (online)
- 142-2021 Analista Social PMC - BH (online)
- 143-2021 Supervisor Geral (online)
- 186-2021 Analista Social Se liga - BH (online)
- 187-2021 Gestor Social - Uberlândia (online)
- 188-2021 Analista Administrativo Direito (online)
- 189-2021 Analista Social Fica Vivo - Uberlândia (online)
- 190-2021 Analista Social Programa Mediação de Conflitos - Uberlândia (online)
- 191-2021 Analista Social Fica Vivo - Belo Horizonte (online)
- 200-2021 Analista Social CEAPA - Ipatinga
- 202-2021 Analista Social PrEsp - Montes Claros
- 203-2021 Analista Social Ceapa - Ibitiré (online)
- 221 - 2021 Analista Social PCD para o PrEsp - BH e RMBH (online)

Importante informar que todos os editais estão disponíveis no site do Instituto Elo.

Fonte de comprovação do indicador

Solicitação da reposição de vaga, contrato assinado e comprovante que ateste o início de licenças.

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador nº 7.3. Participação em Capacitações

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
483	325

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: Este indicador visa aferir a participação dos profissionais contratados pela entidade parceira nas capacitações que ocorrerem no período avaliatório para atuarem na Política de Prevenção à Criminalidade. Elas objetivam:

- Contribuir para o aprimoramento das competências das equipes;
- Garantir maior envolvimento e responsabilidade com relação aos objetivos dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade;
- Promover a integração e o nivelamento das equipes visando o aprimoramento contínuo da Política de Prevenção Social à Criminalidade.

A OS será responsável por viabilizar a realização das capacitações e a participação das equipes, providenciando, quando necessário, locação de espaço físico que comporte os profissionais durante todo o evento; honorários e custos com palestrantes, se houver; hospedagem, transporte e diárias para os profissionais que não residem na região onde ocorrerão as capacitações. As capacitações

poderão ser realizadas no formato de videoconferência.

Para fins de cálculo desse indicador, serão contabilizadas, cumulativamente, as participações dos profissionais contratados nas capacitações que ocorrerem nos períodos avaliatórios.

A OS cuidará integralmente do registro e aferição das participações nas capacitações.

Durante os meses que compõem o 9º período avaliatório (janeiro, fevereiro e março) houve um total de 11 capacitações de equipes nos 4 programas de prevenção à criminalidade. Em virtude das restrições sanitárias impostas pelo contexto pandêmico da Covid-19, as capacitações ocorrem em formato de videoconferência e contaram com a participação total de 325 profissionais, dentre analistas sociais, supervisores metodológicos, diretores de programas e profissionais da Organização Social Instituto Elo.

Nesses termos, mesmo em um cenário de restrições de execução de atividades dos programas, o indicador 7.3 atingiu um percentual de 67,28% da meta. Ressalta-se, ainda, que esse indicador é novo e ainda carece de melhores ajustes conceituais e alinhamentos internos para atingir sua integralidade nos próximos períodos avaliatórios.

Fonte de comprovação do indicador

Listas de presenças, atas, ementas.

Área Temática: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade

Indicador nº 8.1. Número de relatórios Analíticos das UPCs de base local

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
52	52

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: o Relatório Analítico das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC de Base Local consiste em um documento de registro e análise da dinâmica social das violências e da criminalidade referente às áreas de abrangência das UPC's. O relatório contém os principais registros de fatos e fenômenos sociais percebidos como capazes de agenciar situações de violência e criminalidade nos territórios atendidos, as análises preliminares destes fatos e os encaminhamentos definidos pela Gestão Social. Seu intuito final é sistematizar um conjunto de informações e ações referentes à leitura local da dinâmica social da violência e da criminalidade que permitam acompanhar, avaliar e intervir de forma mais efetiva nos cenários de atuação das UPC's. O Relatório Analítico das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC de Base Local consiste em um documento de registro e análise da dinâmica social das violências e da criminalidade referente às áreas de abrangência dos UPCs. O relatório contém os principais registros de fatos e fenômenos sociais percebidos como capazes de gerar situações de violência e criminalidade nos territórios atendidos, as análises preliminares destes fatos e os encaminhamentos definidos pela gestão social. Seu intuito final é sistematizar um conjunto de informações e ações referentes à leitura local da dinâmica social da violência e da criminalidade que permitam aos Gestores Sociais acompanhar, avaliar e intervir de forma mais efetiva nos cenários de atuação das UPCs.

Os Relatórios Analíticos das Unidades de Prevenção à Criminalidade – UPC's de Base Local consistem em documentos de registros e análises das dinâmicas sociais das violências e da criminalidade e contém os principais registros de fatos e fenômenos percebidos nos territórios atendidos pelos programas. Seu objetivo é sistematizar um conjunto de informações que permitam aos Gestores Sociais e equipes dos programas construir, intervir, acompanhar e avaliar de forma estratégica ações e encaminhamentos que permitam intervenções nesse contexto.

No trimestre de análise foram entregues 52 (**100%**) relatórios referentes às das Unidades de Prevenção de Base Local. As informações mensuradas remetem as entregas realizadas até o 10º dia útil do mês de Março/2021 contempladas em um relatório bimestral por UPC, que corresponde aos meses **Janeiro e Fevereiro**.

Alguns aspectos registrados na leitura/análise dos fatos e fenômenos ocorridos nos territórios que interferem na incidência de criminalidade merecem destaque.

Foram objetos de leitura e análises nos relatórios elaborados no período de janeiro e fevereiro de 2021 pelo menos **40 homicídios consumados e 13 homicídios tentados**. Estes números comportam também homicídios consumados que ocorreram fora das áreas de abrangência das UPC's, mas que mantêm relação com os territórios atendidos pelos programas. No panorama dos homicídios consumados, os relatórios apontam maior incidência de: confrontos das vítimas e a polícia, rivalidades oriundas do tráfico ilícito de drogas e práticas de "justiçamento" como desdobramentos de normas impostas pelo tráfico e desrespeitadas por moradores das comunidades. Em análise aos relatórios, é importante destacar a ocorrência desse tipo de crime vinculado às ações policiais. Ou seja, alguns homicídios ocorreram em decorrência de atitudes desempenhadas pelos militares, o que ocasionou tensão nos territórios e desdobramentos em homicídios. Tivemos também situações nas quais os homicídios foram praticados por policiais em situações de confronto e trocas de tiros com suspeitos de crimes. Em que pese o expressivo número homicídios consumados e tentados, não poderíamos deixar de apontar que alguns dos episódios envolveram situações nas quais a vítimas aparentemente não tinham nenhum vínculo com a criminalidade.

Ponto de destaque nos relatórios referiu-se à atuação policial a partir de relatos de moradores, lideranças/referências comunitárias e rede de serviços. Foram apontados **13 relatos de violência policial** (aqui não computados os episódios que envolveram homicídios tentados ou consumados em confrontos entre a polícia e suspeitos de crimes). Foram apresentadas situações envolvendo ameaças, abusos e abordagens truculentas. Importante sinalizar que essas situações são apresentadas por pessoas envolvidas ou não com a dinâmica criminal. Esse tipo de atuação contribui para manifestação, em alguns momentos, de uma relação conflituosa e acirrada entre comunidades e polícia.

Nos chama atenção a manutenção do significativo número de operações policiais realizadas nos territórios no período. Foram sinalizadas pelo menos **11 situações de operações policiais**, dentre abordagens, blitz, apreensões de armas, drogas, munições, rádios comunicadores, prisões e apreensões de menores. No contexto ainda das restrições de isolamento social impostas pelo período de pandemia foram apontadas **situações de festas/retomada de bailes funk/aglomerações/comércio irregular/práticas de esportes coletivos**, grande parte dos episódios envolvendo o público jovem.

A atuação do tráfico ilícito de drogas nos territórios se apresenta, em vários momentos, como parte importante evidenciada em diversos contextos de violência. Foram apresentados **8 relatos de conflitos entre grupos armados** na disputa pelo comércio ilícito de

drogas nos territórios. A maioria desses conflitos está associada a episódios com disparos de arma de fogo, circulação de pessoas armadas, ocorrências de homicídios tentados e consumados, furtos, roubos e consequente aumento da sensação de insegurança dos moradores dessas localidades. Percebemos que algumas regiões tiveram intensificação dos conflitos armados entre os grupos com sensíveis alterações na dinâmica criminal e tensão entre territórios no período em análise. Chama atenção que dentro desses casos existiram possibilidades de desdobramentos em situações de homicídios e foram majoritariamente discutidas e, de alguma forma, acompanhadas pelo GEPAR. Essa situação se consolidou em diversos territórios, alguns casos retratando conflitos históricos entre os grupos, retomando fases cíclicas no qual uma morte se desdobra em vingança e assim prossegue.

Observa-se nos relatórios muitas descrições qualificadas referentes às dinâmicas das violências e criminalidade. Tais leituras vincularam diversas violências, geralmente utilizadas enquanto mecanismo regulador e punitivo, praticadas por pessoas com envolvimento com o tráfico ilícito de drogas. Foram identificados pelo menos **8 relatos de violências praticadas pelo tráfico de drogas** com punições físicas e severas como espancamentos, torturas, expulsão de moradores, toques de recolher e restrição de circulação de pessoas em algumas localidades. Ainda nesse mesmo tema, percebemos que a tortura vem se consolidando como uma prática constante de grupos envolvidos com o tráfico ilícito de drogas, que muitas vezes foi exercida como forma de estabelecimento de poder, em outras para servir como definição “exemplo” de regras de conduta definidas por eles. Chamou atenção também sinalizações sobre violências praticadas por usuários de drogas, o que pode corroborar com a leitura de que o acirramento das dificuldades financeiras no período ainda de pandemia, de alguma forma, contribuiu para algumas situações de conflito envolvendo essas pessoas nos territórios.

Foram registrados **6 relatos de ameaças** e percebemos intervenções diretas dos programas na construção de estratégias de acolhimento, orientação, encaminhamentos para a rede de proteção na tentativa de garantir a manutenção da vida dessas vítimas, alguns episódios construindo a saída das pessoas dos territórios. Algumas dessas ameaças foram direcionadas a jovens ou suas famílias que em algum momento identificaram ou apontaram situações de crime envolvendo pessoas ligadas ao tráfico ilícito de drogas. Essa situação também parece ser agravada quando temos uma maior interlocução da polícia com essas famílias, o que faz com que o tráfico perceba esse movimento como perigoso, intensificando situações de perseguição desses moradores. Conforme ainda recorte dos relatórios, é possível perceber que o próprio tráfico ilícito de drogas se utiliza de jovens nesse lugar de “X9”, o que é ponto de preocupação com relação ao lugar de objeto que são colocados esses adolescentes.

Destacam-se **9 relatos de violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher (física, psicológica, moral e sexual)**. Percebemos a manutenção de registros dessas situações de violência contra mulher mesmo no período de diminuição das restrições de isolamento social. Nessa aresta, os relatórios apontaram situações de feminicídios praticados por ex-companheiros. Percebemos que em algumas situações as violências foram agravadas pelo uso e abuso de álcool e outras drogas, algo que apontado como possível propulsor de situações conflitantes que acabaram resultando em mortes.

Cabe ressaltar que **outros tipos de violências** também estão presentes nos relatórios, totalizando **12 relatos**. Foram registrados episódios de violência sexual contra crianças e adolescentes, conflitos de vizinhança, estupro, autoexterminio, furtos e roubos. Nesse último ponto, os relatórios apresentam a intensificação dos crimes contra o patrimônio dentro das próprias comunidades.

Outros pontos apresentados trouxeram elementos diretamente ligados à sensação de segurança dos moradores como **circulação de pessoas armadas, disparos de arma de fogo e retorno de egressos do Sistema Prisional** para os territórios que contribuíram para sensíveis alterações na dinâmica dos conflitos entre os grupos, dada influência/referência e interferência que elas ainda possuem no contexto da criminalidade nas comunidades. Alguns desses retornos implicaram em movimentos de retomada de poder no tráfico ilícito de drogas e em tentativas de homicídio.

Encontram-se ainda, descritas nos relatórios, outras informações sobre os contextos dos territórios abordando questões de vulnerabilidade social e existência de fatores de risco. Algumas delas com impacto direto na dinâmica social das violências e criminalidade. Nesse contexto verificou-se o aumento de casos de violência envolvendo pessoas em situação de rua. Foi percebido o aumento considerável dessa população a partir do contexto da pandemia e desafios como a perda de empregos, dificuldades financeiras e subsistência básica dessas pessoas.

Observa-se que os relatórios trouxeram diversas análises sobre os impactos da retomada das oficinas do Programa Fica Vivo. De modo geral, alertam para o fato de que foi possível compreender melhor algumas dinâmicas dos territórios a partir da interlocução com os oficinairos o que contribuiu positivamente para uma leitura ampliada de alguns contextos de violência e criminalidade. Os relatos das intervenções desses atores nos territórios foram amplamente apresentados, alertando para a importância dessa figura na vinculação e referência para o público jovem. Há que se pontuar, também, o esforço das equipes técnicas dos programas e gestores sociais na construção de leituras qualificadas dos territórios diante do cenário da pandemia, algo que é apontado nos relatórios que retratam múltiplas intervenções da Política de Prevenção à Criminalidade ainda que no formato de teletrabalho.

Enquanto desafio, aponta-se ainda o movimento de manutenção da vinculação dos programas e das UPC's com os públicos atendidos, moradores e redes de proteção social no contexto da pandemia. A vinculação direta e presencial dos programas com os públicos, lideranças/referências comunitárias, territórios, instituições/serviços da rede de proteção são fundamentais para a ampliação do olhar, qualificação da leitura, análise e construção de estratégias mais assertivas no contexto da prevenção e segurança pública. **Por fim, reforça-se a necessidade de melhor conexão das leituras, análises e encaminhamentos depositados nos relatórios com vista à redefinição das estratégias e ações prioritárias dos programas e UPC's nos territórios.**

Fonte de comprovação do indicador

Relatórios Analíticos em formato PDF gravados em unidade de disco removível (CD/DVD).

Área Temática: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade**Indicador nº 8.2. Número de relatórios de gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
3	3

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: a Gestão de Oficinas do Programa Fica Vivo! constitui uma ação estratégica estabelecida entre a entidade parceira e a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Diante da sua dimensão e complexidade, tornam-se necessárias a descrição e análise pormenorizadas da sua operação ao longo da execução do Contrato de Gestão. O Relatório de Gestão de Oficinas constitui um instrumento de sistematização e análise das informações operacionais deste processo, a partir dos dados dos relatórios enviados pelas equipes técnicas. A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório. Os relatórios deverão sinalizar os principais dificultadores e facilitadores na execução dos projetos de oficinas no período de análise.

No 9º período avaliatório deu-se continuidade ao plano de retomada das oficinas que foram suspensas no decorrer do ano de 2020, seguindo os critérios estabelecidos pela política de prevenção à criminalidade do Estado. No entanto, o ritmo de reativações de projetos de oficinas diminuiu a partir de fevereiro em virtude do agravamento da pandemia de COVID-19 e a adoção de novas restrições à circulação de pessoas e realização de atividades econômicas impostas pelo plano Minas Consciente. Abaixo estão algumas informações sobre a execução das oficinas no 9º período avaliatório.

Tabela 17 - DADOS GERENCIAIS - PROGRAMA FICA VIVO! JANEIRO A MARÇO DE 2021

INDICADORES	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO
Número de Projetos de Oficinas Ativos	89	105	114
Número de Jovens atendidos	1034	1237	1353
Número de Atendimentos	1147	1389	1571
Média de jovens por oficina	11,62	11,78	11,87
Número de oficinas retomadas	2	16	9

Dentre as diretrizes especificadas no plano de retomada das oficinas, destacam-se as seguintes informações:

- de maneira semelhante ao processo adotado para a retomada das atividades presenciais nas UPCs, a retomada das oficinas do Programa Fica Vivo! também se dará em fases, construídas a partir de parâmetros e critérios técnicos, observando sempre o cenário de cada município frente à prevenção à COVID-19;
- uma vez retomadas as atividades nas oficinas, o monitoramento por parte desta SUPEC será contínuo, para avaliação periódica da possibilidade de permanecer ou da necessidade de suspender novamente a execução;
- a partir dos critérios a seguir, as equipes técnicas irão avaliar as oficinas de seus territórios e construirão o Plano Local de Retomada das Oficinas (vide "Atribuições das equipes técnicas");
- o referido Plano Local de Retomada das Oficinas deverá ser elaborado e validado com a supervisão metodológica de referência. Em nenhuma hipótese o Departamento de Monitoramento autorizará a implantação de oficinas sem a anuência da supervisão metodológica;
- cada equipe do Fica Vivo! deverá elencar, no máximo, 3 (três) oficinas (para cada uma das fases) que retomarão as atividades, devendo monitorá-las, presencialmente, nas 2 (duas) primeiras semanas de trabalho (independentemente da quantidade de encontros realizados por essa, distribuídos ao longo de cada semana);
- a equipe deverá se atentar para que o/a oficinheiro/oficineira não pertença aos grupos de riscos para contágio da COVID-19;
- número de pessoas em cada oficina: ainda que na maioria dos Decretos Municipais o número de pessoas seja calculado em função do tamanho do espaço, de maneira que seja possível a observância do distanciamento mínimo exigido entre cada participante, para fins deste Plano de Retomada das Oficinas será adotado o número máximo de 12 adolescentes ou jovens por encontro de oficinas. Caso a oficina tenha demanda de número superior ao mencionado, cabe ao/a oficinheiro/oficineira, juntamente à equipe técnica, organizar de forma que haja uma distribuição deste quantitativo durante os dias de encontros, sempre garantindo um máximo de 12 adolescentes ou jovens por encontro;

- local para execução das oficinas: o local a ser definido pelo/pela oficinairo/oficineira deverá possibilitar o controle de acesso do público, como forma de reduzir a possibilidade de aglomeração de pessoas;
- condições de higienização: serão distribuídos kits de higienização para as oficinas contendo álcool em gel 70%, máscaras e sabonete líquido. Importante destacar que, com relação as máscaras, essas serão de material reutilizável, ficando na responsabilidade de cada adolescente e jovem o cuidado com seu equipamento de proteção individual. Não é permitida a participação de pessoas sem máscara de proteção cobrindo boca e nariz nas oficinas.

Diante dessas orientações e do acompanhamento detalhado da supervisão metodológica e gestão social em âmbito local, foram retomadas as oficinas nos territórios com permissão para as atividades inerentes a elas. Foi necessário também em muitos casos fazer uma adaptação nas modalidades de oficinas para garantir a segurança dos oficinairos e jovens participantes das oficinas, bem como a diminuição da quantidade de jovens participantes em cada uma delas para evitar aglomerações. Dentro do contexto possível e da necessidade de retomada das atividades, avalia-se até o momento que se obteve sucesso nessa estratégia.

Fonte de comprovação do indicador

E-mail de encaminhamento dos relatórios para a SESP/SUPEC.

Área Temática: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade

Indicador nº 8.3. Número de relatórios de gestão do Programa Se Liga

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
3	3

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: o Relatório de Gestão do Programa Se Liga consiste em um documento de registro e análise das ações qualitativas e quantitativas realizadas pelas equipes técnicas do Programa. A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório que contemple as seguintes informações:

- 1) Número de atendimentos individuais realizados nas Unidades Socioeducativas com pré-egressos do Sistema Socioeducativo;
- 2) Número de Oficinas Introdutórias realizadas e de participantes;
- 3) Número de Oficinas Temáticas Internas realizadas e de participantes;
- 4) Número de Oficinas Temáticas Externas realizadas e de participantes;
- 5) Número de atividades culturais realizadas e de participantes;
- 6) Número de ações com familiares e de participantes;
- 7) Número de atendimentos individuais à egressos do Sistema Socioeducativo;
- 8) Número de oficinas realizadas com egresso do Sistema Socioeducativo e de participantes;
- 9) Número de discussão de estudo de casos junto às Unidades Socioeducativas;
- 10) Número de encaminhamentos à rede de proteção dos adolescentes atendidos.
- 11) Número de jovens que estão realizando algum curso, considerando a modalidade (aprendiz, qualificação básica para o trabalho, profissionalizante), bem como a situação do curso (andamento, concluído, não concluído, reprovado);

Mais do que um registro numérico, os relatórios deverão contemplar o cruzamento de informações referentes aos esforços realizados pela equipe técnica e os resultados obtidos no tocante ao atendimento aos adolescentes público do Programa. Deve também sinalizar os principais dificultadores e facilitadores na execução e gestão do Programa Se Liga no período de análise. Os relatórios deverão ser encaminhados pela OS para a SEJUSP/SUPEC, por e-mail, até o vigésimo dia do mês subsequente ao mês de referência.

Durante o período foram elaborados os três relatórios estipulados. Informações acerca dos atendimentos podem ser encontradas no indicador 3.1.

Fonte de comprovação do indicador

E-mail de encaminhamento dos relatórios para a SESP/SUPEC.

Área Temática: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade

Indicador nº 8.4. Número de relatórios de ações do Programa Selo Prevenção Minas

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
3	3

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: O Programa Selo Prevenção Minas é uma iniciativa que visa a fomentar a realização de ações de prevenção à criminalidade pelas administrações públicas municipais, com apoio técnico e metodológico por parte da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade. O monitoramento do Programa nos municípios parceiros é fundamental para garantir sua efetividade e promover visão sistêmica da execução.

A partir dos relatórios mensais enviados pelos Articuladores de Prevenção à Criminalidade, a OS será responsável pela elaboração dos Relatórios de Ações do Programa Selo Prevenção Minas que deverão conter:

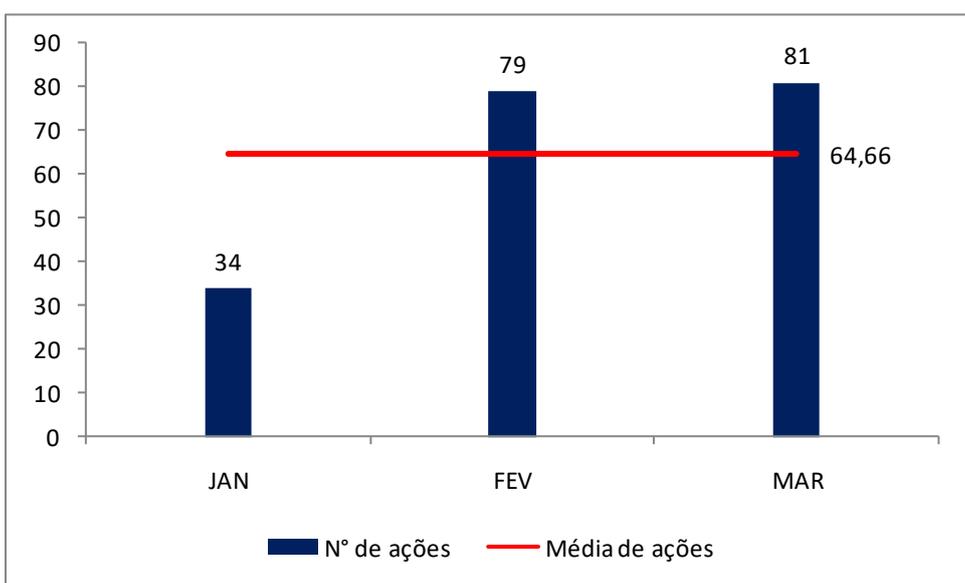
- 1) Número de reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade por município;
- 2) Percentual de presença de membros nas reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade por município;
- 3) Registros das principais discussões e encaminhamentos das reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade por município;
- 4) Número e descrição de reuniões realizadas com a rede por município;
- 5) Número e descrição de parcerias firmadas para viabilização do Programa por município;
- 6) Número e descrição de ações de mobilização comunitária realizadas por município;
- 7) Análise do desenvolvimento das fases do Programa em cada município;
- 8) Descrição dos principais dificultadores e facilitadores da execução do Programa em cada município.

Assim, a OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório, conforme diretrizes específicas emanadas pela SEJUSP/SUPEC.

Durante o 9º período avaliatório foram elaborados 3 relatórios de ações do Programa Selo Prevenção Minas. Durante o período foi mantido um diálogo produtivo com a Direção do Programa no sentido de ajustar os relatórios elaborados às demandas do programa.

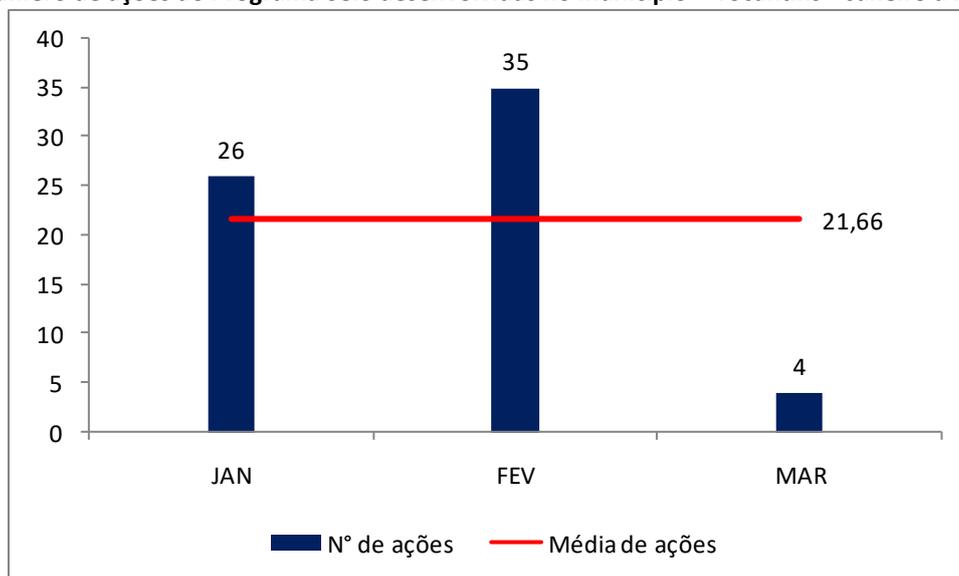
Abaixo uma breve descrição dos dados de ações do programa em Alfenas e Tocantins entre janeiro e março de 2021.

Gráfico 2 – Número de ações do Programa Selo desenvolvidas no município – Alfenas – janeiro a março de 2021



Entre janeiro e março houve 194 ações realizadas pelo Programa Selo Prevenção em Alfenas, uma média mensal de 64,66. As ações realizadas pelo Programa no município são referentes ao processo de implantação do Plano Municipal de Prevenção.

Gráfico 3 - Número de ações do Programa Selo desenvolvidas no município – Tocantins – Janeiro a março de 2021



Já no município de Tocantins, durante o 9º período avaliatório, foram realizadas 65 ações pelo Programa Selo Prevenção, uma média de 21,66 ações mensais. Diferentemente do município de Alfenas, em Tocantins as ações ainda estão na fase de diagnóstico.

Fonte de comprovação do indicador

E-mail de encaminhamento dos relatórios para a SESP/SUPEC

Área Temática: Gestão da Parceria	
Indicador nº 9.1. Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	
Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório	
<p>Descrição: Uma das atribuições do OEP no acompanhamento e fiscalização do Contrato de Gestão é a realização das checagens amostrais periódicas sobre o período avaliatório, conforme metodologia pré-estabelecida pela SEPLAG, gerando-se relatório conclusivo, que deve ser levado ao conhecimento dos membros da Comissão de Avaliação, quando da reunião desta. A metodologia estruturada pela SEPLAG, que norteia a realização deste procedimento, estabelece que o OEP deve verificar uma amostra de processos de compras, de contratação de serviços, contratação de pessoal, concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas. Deve-se observar se os processos executados estão em conformidade com o Regulamento de Compras e Contratações e com o regulamento interno contendo normas para concessão de diárias e procedimentos de reembolso, e se coadunam com o objeto do Contrato de Gestão.</p> <p>O Regulamento próprio deve ser construído de acordo com o manual disponibilizado no sítio eletrônico da SEPLAG, e aprovado tanto pela SEPLAG quanto pelo Órgão Estatal Parceiro – OEP. O regulamento estabelece procedimentos que devem, obrigatoriamente, ser observados pela entidade em suas compras e contratações. O Regulamento interno contendo as normas de concessão de diárias e procedimentos de reembolso é um documento normatizador da entidade, que deve ser elaborado por esta e submetido à aprovação prévia e formal do OEP e da SEPLAG. Este regulamento estabelece os procedimentos que, obrigatoriamente, devem ser seguidos pela entidade para a concessão de diárias e realização de reembolso de despesas.</p> <p>Para avaliar o percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, a SEPLAG estruturou um modelo de Relatório, que deve ser utilizado pelo OEP para demonstrar os processos analisados.</p> <p>Um dos itens desse relatório é a apuração do percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, que será utilizado para cálculo deste indicador. Importa salientar que, caso exista a necessidade de realização de checagem de efetividade (que verifica a conformidade dos processos considerados inconformes pela equipe de checagem amostral quando da realização deste procedimento), o resultado a ser considerado será o apurado após a finalização do respectivo relatório.</p> <p>As informações acerca do desempenho da OS nesse indicador serão apresentadas na Comissão de Avaliação já que os processos de avaliação ocorrem após a elaboração deste relatório.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
Relatórios de Checagem Amostral e Elaborados pela Comissão Supervisora do Contrato de Gestão.	

3 - COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS

QUADRO 2 - COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS

Área Temática		Produto	Peso (%)	Início	Término	Status	
1	Projetos de Emendas Parlamentares	1.1	Fóruns Multiterritoriais de Prevenção à Criminalidade	20	Janeiro/21	Dezembro/21	12º
		1.2	Formação e Capacitação de Referências Comunitárias para Atuação Como Agentes de Segurança Cidadã	20	Janeiro/21	Dezembro/21	12º
		1.3	Capacitação de Oficineiros no Programa Fica Vivo	20	Janeiro/21	Dezembro/21	12º
		1.4	Qualificação e empreendedorismo de adolescentes e jovens atendidos pelos programas da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade	20	Janeiro/21	Dezembro/21	12º
2	Pesquisas e Diagnósticos	2.1	Pesquisa de Recorrência Criminal de pessoas em cumprimento de alternativas penais acompanhadas pela CEAPA	10	Janeiro/21	Março/21	9º
		2.2	Pesquisa de reentrada de adolescente no Sistema Socioeducativo	10	Janeiro/21	Dezembro/21	12º

Área Temática 2 – Pesquisas e Diagnósticos

Produto 2.1 – Pesquisa de Recorrência Criminal de pessoas em cumprimento de alternativas penais acompanhadas pela CEAPA

Meta do período avaliatório

Resultado do período avaliatório

100%

0

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: Este produto visa avaliar a contribuição do Programa CEAPA no sentido de prevenir a ocorrência de novos registros no Registro de Eventos de Defesa Social (REDS) das pessoas em cumprimento de alternativas penais no Estado de Minas Gerais. Denomina-se recorrência criminal eventos cujo cumpridor tiver outro registro criminal no REDS em data posterior a sua inscrição na CEAPA. Tal pesquisa deverá utilizar as informações dos relatórios quantitativos alimentados pelas equipes técnicas da CEAPA. Fica vedada a contratação de serviços de terceiros em qualquer etapa desse produto. Caso a OS sugira alterar a forma ou acrescentar outras informações nesses relatórios, deverão ser aprovados pela SEJUSP/SUPEC. Será de responsabilidade da OS calcular a amostra válida e representativa e encaminhar para a SEJUSP/SUPEC as listas de pessoas em alternativas penais por município com as seguintes variáveis: nome completo, nome da mãe, data de nascimento e nº do CPF. A OS deverá se atentar às regras de sigilo de informações contidas em legislações e instrumentos normativos. Será de responsabilidade da OS realizar o tratamento de dados, correlacionando a recorrência criminal com as seguintes variáveis:

- 1) taxas de recorrência criminal das pessoas em Alternativas Penais por município;
- 2) taxas de recorrência criminal das pessoas em Alternativas Penais por sexo;
- 3) taxas de recorrência criminal das pessoas em Alternativas Penais por faixa etária;
- 4) taxas de recorrência criminal das pessoas em Alternativas Penais por escolaridade;
- 5) taxas de recorrência criminal das pessoas em Alternativas Penais por tipo de ocupação profissional;
- 6) taxas de recorrência criminal das pessoas em Alternativas Penais por remuneração;
- 7) taxas de recorrência criminal das pessoas em Alternativas Penais por situação de cumprimento;
- 8) taxas de recorrência criminal das pessoas em Alternativas Penais por tipo de medida aplicada.
- 9) taxas de recorrência criminal das pessoas em Alternativas Penais por tipo de delito.

Para iniciar a execução do produto a OS deverá encaminhar a metodologia de pesquisa e o tratamento dos dados, bem como a amostra que será pesquisada.

Conforme conversas entre o Instituto Elo e a Supec, estabeleceu-se um acordo para dilação do prazo de entrega da pesquisa para o 11º Período Avaliatório tendo em vista o atraso no fornecimento dos dados por parte dos órgãos públicos responsáveis pela informação.

Fonte de comprovação do indicador

e-mail ou ofício da SEJUSP/SUPEC de aprovação.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

No 9º período avaliatório do Contrato e Gestão 002/2019 (01/01/2021 a 31/03/2021) houve um total de 26 indicadores e um produto como metas. Deste total, como observa-se na leitura deste relatório gerencial, 12 indicadores tiveram suas metas alcançadas plenamente e outros 2 terão seus resultados mensurados após a entrega deste documento. Dentre os com meta não alcançada, solicitou-se a desconsideração da avaliação geral dos resultados de 9 indicadores sob o argumento que a execução das ações que os compõem foi sobremaneira comprometida pelas necessárias medidas de biossegurança estabelecidas pelo Programa Minas Consciente do Estado para controle da Covid-19. Por fim, solicitou-se desconsideração e adiamento do prazo do produto pesquisa em função de atrasos no acesso à fonte de dados do estudo.

O contexto pandêmico afetou de maneira significativa a execução das atividades do Contrato de Gestão, prejudicando a execução de excelência que marca o histórico da parceria. Contudo, foi possível notar iniciativas exitosas de superação das adversidades impostas aos programas em seus diversos territórios e um esforço administrativo sistemático para viabilizar a execução das atividades dentro dos protocolos e regulamentações vigentes. Tal esforço se reflete em resultados práticos. O Programa Mediação de Conflito e o PrEsp, por exemplo, das suas 3 metas, conseguiram cumprir 2 em sua integralidade e chegaram muito próximo de atingir a outra. O programa CEAPA também apresentou resultados satisfatórios, apesar das restrições definidas nos regimentos e normas jurídicas e sanitárias, chegou próximo de cumprir 2 dos seus 3 objetivos pactuados.

Por fim, chama-se atenção para o expressivo impacto da pandemia para a política de prevenção e o público para o qual seus serviços são direcionados. Destaque para as oficinas do programa *Fica Vivo!* que ainda sofrem com as restrições associadas ao isolamento social, tendo retornado um quantitativo de atividades ainda aquém do seu contingente de mais de 9 mil jovens.

Mais que nunca, a retomada das atividades de todos os programas em sua plenitude tem exigido do Instituto Elo, da SUPEC/SEJUSP e de seus colaboradores um esforço significativo de superação para manutenção da política. Embora os desafios

sejam grandes, sabe-se que o caótico pandêmico é passageiro e que a Política de Prevenção Social à Criminalidade de Minas Gerais é historicamente marcada pela resiliência e capacidade de superação das adversidades.

4 – COMPROVANTES DE REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: INSTITUTO ELO
CNPJ: 07.514.913/0001-75

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:21:32 do dia 12/04/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 09/10/2021.

Código de controle da certidão: **B339.FBB2.013C.F882**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO ELO (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 07.514.913/0001-75
Certidão n°: 32975903/2020
Expedição: 15/12/2020, às 15:18:25
Validade: 12/06/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **INSTITUTO ELO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **07.514.913/0001-75**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07.514.913/0001-75

Razão Social: INSTITUTO ELO

Endereço: R DOS GUAJAJARAS 40 SALA 1003 / CENTRO / BELO HORIZONTE / MG /
30180-100

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/03/2021 a 22/04/2021

Certificação Número: 2021032402012599285248

Informação obtida em 06/04/2021 14:38:44

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS****CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS****Negativa**CERTIDÃO EMITIDA EM:
12/04/2021CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
11/07/2021

NOME: INSTITUTO ELO

CNPJ/CPF: 07.514.913/0001-75

LOGRADOURO: RUA JUIZ DE FORA

NÚMERO:

COMPLEMENTO:

BAIRRO: BARRO PRETO

CEP: 30180060

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

**A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: <http://www.fazenda.mg.gov.br>
=> Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.**

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2021000459189548



Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal

DOCUMENTO AUXILIAR DA CERTIDÃO DE QUITAÇÃO PLENA PESSOA JURÍDICA

REGISTROS DE ACESSO

Código de Controle: **ABKFNJNINJ**

Documento/Certidão nº **15.077.714** Exercício: **2021**

Emissão em: **30/03/2021**

Requerimento em: **13:13:46**

Validade: **29/04/2021**

Nome: **INSTITUTO ELO**

CNPJ: **07.514.913.0001.75**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar débitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se regular com a Fazenda Pública Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Preços inscritos ou não em dívida ativa.

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

DECLARAÇÃO DO DIRIGENTE DA OS

Declaro, para todos os fins, que são verídicas todas as informações contidas neste Relatório Gerencial de Resultados. Acrescento, ainda, que as fontes de comprovação dos indicadores e produtos estão organizadas e arquivadas junto ao Instituto Elo e podem ser consultadas a qualquer momento pela Comissão de Monitoramento, por representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública ou representantes de órgãos de controle e auditoria do Governo do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 13 de abril de 2021.

Gleiber Gomes de Oliveira
Diretor Presidente
Instituto Elo